

A União

DEPARTAMENTO DE PUBLICIDADE

DIVISÃO DE IMPRENSA OFICIAL

Ano LIV — N.º 94

João Pessoa — Paraíba

Sabado, 27 de abril de 1946

ADMINISTRAÇÃO DO EXMO. SR. DR. ODON BEZERRA CAVALCANTI ATOS DO INTERVENTOR FEDERAL

CONSELHO ADMINISTRATIVO DO ESTADO

34.ª Sessão Ordinária, em 26 de abril de 1946.

Sob a presidência do conselheiro Oswaldo Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, secretariado pelo sr. João Araújo Dias, com a presença e parte ativa nos trabalhos dos conselheiros drs. João Lelis, Severino Alves Ayres e Rômulo Romero Rangel, realizou-se, ontem, a 34.ª sessão ordinária do Conselho Administrativo do Estado.

Lida a ata da sessão anterior foi aprovada sem objeção.

Expediente: — Para os fins competentes, deram entrada

os projetos de decreto-lei da Prefeitura de Caiçara, abrindo o crédito especial de Cr\$ 10.000,00, para ocorrer ao pagamento de despesas com os trabalhos de uma ponte em construção sobre o rio do "Luiz" naquele município. Foi distribuído, pela ordem, ao conselheiro dr. Severino Alves Ayres. Da Prefeitura Municipal de São João do Cariri, abrindo a Tesouraria daquela edilidade o crédito especial de Cr\$ 19.698,20. Ao conselheiro dr. João Lelis. Da Prefeitura de Cajazeiras, abrindo o crédito especial de Cr\$ 5.399,80, destinado a cus-

tear as despesas de aposentadoria do Fiscal Geral João Gil Gonçalves, funcionário daquela municipalidade. Ao conselheiro dr. Rômulo Romero Rangel. Da Prefeitura de Pombal, abrindo o crédito especial de Cr\$ 32.707,70. Ao conselheiro dr. Severino Alves Ayres.

Pareceres á publicação: — Os de n.ºs 23 e 24 aos projetos de decretos-lei da Prefeitura Municipal de João Pessoa, abrindo o crédito especial de Cr\$ 9.228,00 para pagar diferença de vencimentos do seu funcionário aposentado José Arsenio Navarro, e elevando para Cr\$ 601,00 os proventos mensais do mesmo servidor em inatividade, e da Prefeitura de Maracá, autorizando o Prefeito a vender em hasta pública uma caminhonete tipo "CRD" 1930, pertencente ao patrimônio municipal.

Ordem do Dia: — Foram discutidos e aprovados, unanimemente, os seguintes projetos de decretos-lei: da Prefeitura Municipal de Caiçara, concedendo uma pensão mensal de \$ 100,00 á viúva do operário Julio Henrique Queiroz e dando outras providências; da Prefeitura de Guarabira, autorizando o Prefeito do município a ceder um terreno do seu patrimônio para nele ser construído um prédio destinado á agência do Banco do Brasil; da Prefeitura de Monteiro, abrindo o crédito especial de \$ 111.594,80, destinado a ocorrer á despesa de exercicios findos, da Interventoria Federal, abrindo, á Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas, o crédito especial de 12.990,00, e abrindo á Secretaria da Interventoria Federal o crédito especial de Cr\$ 7.050,00. Relatados pelos conselheiros drs. Rômulo Romero Rangel,

NOTAS DE PALACIO

Em circular dirigida ao Chefe do Governo, o sr. Odilon Carlos de Araújo, suplente de secretário, comunicou a posse dos novos órgãos administrativos do Sindicato dos Empregados no Comercio de Campina Grande, eleitos para o periodo social de 1946/47.

Severino Alves Ayres e João Lelis, respectivamente.

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a sessão tendo o Sr. Presidente marcado nova reunião para o próximo dia 30, terça-feira, á hora de costume.

Secretaria do Conselho Administrativo do Estado.

João Araújo Dias — Secretário.

PARECER N.º 23 — Prefeitura Municipal de João Pessoa — O instituto econômico do inviduo incita-o sempre á luta pela conquista ou acatamento dos seus direitos.

José Arsenio Navarro exerce cargo isolado na Prefeitura desta Capital, e, completando mais de 25 anos de serviço efetivo, pediu e obteve do legislativo municipal, (Lei n.º 23, de 15.5.36), por força do que dispunha o art. 114 da Constituição Estadual de 1935, uma gratificação adicional de 20% sobre os seus vencimentos. Logo mais, por motivo de invalidez, solicitou aposentadoria. Foi-lhe esta concedida,

CONSELHO REGIONAL DE GEOGRAFIA

Diretório Municipal de Ibiapinópolis

Conforme comunicação recebida do Prefeito Municipal de Ibiapinópolis, o Diretório Municipal de Geografia daquele município, está assim constituído:

Dr. Asdrubal Montenegro;
Dr. Trajano Nóbrega;
Sr. Acelino Seabra;

Sr. José Nóbrega.

CORPO DE INFORMANTES

Distrito de Joazeirinho — Sr. Severino Marinheiro;
Distrito de Olivédos — Dr. Antonio Coitinho;
Distrito de Seridó — Sr. Clovis Santos da Nóbrega.

DIRETORIO MUNICIPAL DE CABACEIRAS

Conforme comunicação recebida do Prefeito Municipal de Cabaceiras, o Diretório Municipal de Geografia daquele município, está assim constituído:

Sr. José Nunes Neto — Presidente; srs. Joaquim Gomes Henriques, Felix Braz de Lucena, sra. Amelia Virgolino de Assis, dr. Antonio Taveira de Farias, Padre João Madruga e srs. Murilo Magno Martins Meira e José Prudente da Silva.

CORPO DE INFORMANTES

Distrito de Cabaceiras —

Sr. Manuel Cavalcanti de Azevedo;

Distrito de Alcantil — Sr. Manuel Agostinho da Silva;
Distrito de Bodocongó — Sr. Alfredo Vieira da Silva;
Distrito de Carnoió — Sr. Francisco Florindo Barbosa;
Distrito de Lêdo — Srs. José Albino da Silva e Francisco Pereira Dadá;
Distrito de Potira — Sr. José Correia de Araújo;
Distrito de Riacho de Santo Antonio — Sr. Isaias Cavalcanti de Albuquerque.

Edição de hoje.

16 PAGINAS

EXPEDIENTE

A materia constante do expediente do Governo, das Secretarias de Estado e das Repartições publicas deverá ser endereçada á redacção da A UNIÃO.

Os avisos e editais, balancetes dos bancos e os anuncios constituem materia a ser entregue á Gerencia, para o respectivo contrato de publicidade.

As repartições publicas deverão remeter o expediente até ás 17,30 e, aos sábados, até ás 14 horas.

Os originais deverão ser autenticados. As rasuras e emendas deverão vir, sempre, ressalvadas por quem de direito. Os originais devem ser datilografados, evitando-se escrever no verso.

A materia paga terá seu recebimento das 11,30 ás 17,30, e aos sábados, das 8 ás 12 horas.

As reclamações, consta-

mas não com os salários devidos. Reclamou na esfera administrativa contra o cálculo dos vencimentos, feito sem se levar em conta a gratificação conferida. Não foi atendido. Assim, propoz acção para o fim de compellir a Prefeitura a lhe pagar o ordenado que recebia quando em atividade funcional, e a diferença occorrente desde a aposentadoria.

Procedeu bem José Arsenio Navarro, pois a Prefeitura deixou de aposentalo de acordo com o seu direito adquirido e conforme a lei então vigente.

No entanto, quem com parcela de poder publico deve tanto apicar como defender o direito, que é algo superior ás contingencias do tempo e da vontade pessoal, "regime ou ordem social determinada". Nisso está o bom comportamento do Poder Publico dirigido no sentido de evitar atos de arbitrio ou violação de principios.

O poder executivo municipal não podia, efetivamente, decretar a aposentadoria do seu servidor desprezando a vantagem outorgada pelo órgão legislativo. A gratificação adicional por tempo de serviço se incorporára, para todos os efeitos, aos vencimentos dele. Portanto, passando o funcionário da atividade para a inatividade, o regime juridico de sua situação, fixado por lei vigente, não podia ser mudado ou repudiado, mas, ao contrário, acatado, desde que dita van-

tagem fora, — repete-se, outorgada por poder competente.

A decisão judicial alcançada por José Arsenio Navarro aeteriu *in totum* o pedido formulado na sua acção. De feito, como certã vez bem sentenciou o egrégio ministro COSTA MANSO, "o Judiciário não é um *super-poder*", mas a Justiça cumpre impedir a violação da lei, amparar o direito concreto ofendido.

Em cumprimento ao decreto-judiciário, o prefeito de João Pessoa elaborou e enviou a este Conselho, para exame e aprovação, dois projetos de decreto-lei: um abrindo crédito especial de Cr\$ 9.288,00 para pagar as diferenças de vencimentos acumuladas de abril de 1937 a março p. findo, e outro elevando para Cr\$ 601,00 os vencimentos do funcionário aposentado. Ambos os projetos legislativos estão na devida forma. Preveem, respectivamente, que o "recurso para o crédito especial é constituído do excesso da receita verificado durante o primeiro trimestre deste exercício" e que "a majoração occorrerá por conta da verba consignada para funcionários aposentados".

Concordo inteiramente com as medidas em causa, e, de consequente, submeto á consideração da Casa esta

Resolução.

O Conselho Administrativo do Estado, concorde com o parecer do relator, aprova os projetos de decretos-lei de iniciativa do Prefeito Muni-

cipal de João Pessoa, abrindo crédito especial de Cr\$ 9.228,00 para pagar diferença de vencimentos do seu funcionário aposentado José Arsenio Navarro, e elevando para Cr\$ 601,00 os proventos mensais do mesmo servidor em inatividade.

Sala das Sessões do C. A. E., em 26 de abril de 1946. Severino Alves Ayres — Relator.

PARECER N.º 24 — Prefeitura Municipal de Maguari: — Acompanhado de uma "Exposição de Motivos" do Prefeito e encaminhado pelo Departamento das Municipalidades com parecer favoravel de sua Divisão Legal, a Prefeitura Municipal de Maguari enviou a este Conselho um projeto de decreto-lei que autoriza o Poder Publico daquela Comuna a vender, em hasta publica, uma caminhonete pertencente ao seu patrimonio. O referido veiculo se acha em condições que desaconselham a sua utilização por parte da Prefeitura nos serviços a que se destinava quando de sua aquisição ha alguns anos. Trata-se de um motor tipo Ford 1930, cujo estado atual não se presta mais ao serviço publico. Por esta razão e outras que o Edil maguariense entende desvantajosas aos interesses da administração pretende aliena-lo na forma estabelecida para casos congeneres.

Em face dos motivos alegados e informações favora-

tada a existência de erros ou omissões pertinentes á materia divulgada, deverão ser formuladas á Redacção da UNIÃO, das 14 ás 17,30 e, aos sábados, das 8 ás 12 horas.

As assinaturas podem ser tomadas em qualquer época do ano, por semestre ou ano, terminando no ultimo dia do mês em que vence-

rem. As repartições publicas se cingirão ás assinaturas anuais, renovadas pelo órgão competente, até 31 de dezembro.

Os cheques ou vales postais deverão ser emitidos em favor do Tesoureiro da A UNIÃO.

Para quaisquer informações sobre materia de serviço, poderá ser utilizado o seguinte telefone:

Diretoria — 1211

Endereço telegrafico IMPRENSOF.

veis á pretensão da Prefeitura Municipal de Maguari contidas no processado ora sob estudo e deliberação deste Conselho, opino que seja aprovado o projeto em apreço, razão por que apresento a julgamento da Casa a seguinte

Resolução:

O Conselho Administrativo do Estado de acordo com parecer do Relator, resolve aprovar o decreto-lei da Prefeitura Municipal de Maguari que autoriza o Prefeito a vender em hasta publica uma caminhonete tipo Ford 1930, pertencente ao patrimonio municipal.

Sala das Sessões do C. A. E., em 26 de abril de 1946. João Lelis — Relator.

Resolução n.º 18, de 26/4/1946.

Aprova o projeto de decreto-lei da Prefeitura Municipal de Guarabira, cedendo um terreno de seu patrimonio para a construção da agencia do Banco do Brasil, naquela cidade, nos termos do parecer substitutivo ao de numero 18 publicado em 14 e 23 do corrente mês.

O Conselho Administrativo do Estado da Paraíba, em sessão de 26 de abril de 1946, adotou a seguinte resolução:

E' aprovado o parecer substitutivo ao de numero 18 concordando com o projeto de

A UNIÃO

DEPARTAMENTO DE PUBLICIDADE

Redacção e Oficinas:
Rua Duque de Caxias S/N.

Diretor Geral — JOSÉ DE CERQUEIRA ROCHA

DIVISÃO DE IMPRENSA OFICIAL

Secretário — WILSON MADRUGA
Gerente — MARDOKÊO NACRE

O único cobrador autorizado deste jornal, no interior do Estado, é o sr. Silvano Rocha.

Tabela de assinaturas e publicidade

ASSINATURAS		PUBLICIDADE	
	Cr\$.		Cr\$.
Ano	60,00	1 pagina, por vez .	400,00
Semestre	40,00	1/2 pagina, por vez .	200,00
Numero avulso . . .	0,20	1/4 de pagina, por vez	100,00
Numero atrasado . .	0,40	Centimetro de columna	4,00
A assinatura para os funcionarios publicos terá o abatimento de 40%.		Editais, por centimetro de columna	2,40

DEPARTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO

CLASSIFICAÇÃO, POR ORDEM DE ANTIGUIDADE, DOS FUNCIONARIOS INTEGRANTES DA CARREIRA DE AUXILIAR DE ESCRITORIO DO QUADRO UNICO, PROCEDIDA NOS TERMOS DO ART. 56 DO REGULAMENTO DE PROMOÇÕES. APURAÇÃO ATE' 31-3-1946

Ordem de classificação por antiguidade	CLASSE E NOME DO FUNCIONARIO	Tempo de Serviço e Descontos			DESEMPATE		
		Tempo de serviço na classe (bruto)	Descontos	Tempo de serviço na classe (liquido)	O que tiver maior tempo de serviço no Estado	Funcionário casado	O mais idoso
		DIAS	DIAS	DIAS	DIAS	Sim ou Não	ORDEM
CLASSE "B"							
1	Mônica Fonsêca de Vasconcêlos	1.262	—	1.262	1.262	Não	1.11.922
2	Maria de Lourdes Moraes	1.262	—	1.262	1.262	Não	21.8.923
3	Djelma de Barros Pontes	1.259	—	1.259	1.259		
4	Severina Fenizola Caiaffo	1.259	94	1.165	1.165		
5	Maria do Socorro Almeida	1.253	89	1.163	1.163		
6	Belkiss Florentino	1.154	—	1.154	1.154		
7	Lindinalva Pedrosa	1.072	—	1.072	1.072		
8	Clemilde da Camara Torres	991	—	991	991		
9	Abelardo Coutinho de Oliveira	820	—	820	—		
CLASSE "C"							
1	Francisco Luiz Correia	1.198	—	1.198	6.666		
2	Manuel José Pires Filho	1.198	—	1.198	5.322		
3	Nair Moraes de Oliveira	1.198	4	1.194	—		
4	José Castor Correia Lima	1.195	743	1.172	—		
5	Orlando da Fonsêca Paiva	1.198	107	1.091	—		
6	Djanira da Mota Gondim	1.581	525	1.056	—		
7	Maffier Pinho Rabêlo	985	—	985	5.044		
8	Ester Macêdo	960	—	985	4.188		
9	José Barbosa da Silva	960	45	915	—		
10	Geraldino Cavalcanti de Moraes	820	—	820	8.190		
11	José Marques Formiga	820	—	820	3.803		
12	Romulo Camboim Camara	820	—	820	3.761		
13	Joaquim Militão Pires	820	—	820	3.717		
14	Isaura Patrício da Silva	820	60	720	—		
15	Sebastião de Sousa	820	272	548	—		
CLASSE "D"							
1	Oscar Pereira de Sousa	960	90	870	—		
2	Aurea Baltar Souto Maior	960	135	825	—		
3	José Artur da Silva	820	—	820	—		

NOTA: — Sômente figuram os integrantes da carreira que contam interstício de 730 dias na classe, ou no cargo anterior do qual tenham sido transferidos "ex-officio".

decreto-lei de iniciativa do Prefeito Municipal de Guarabira autorizando-o a ceder ao Banco do Brasil S/A., um terreno do patrimonio municipal, cito a Praça Olegario Maciel, medindo 27 metros por 34 de fundos, ficando entretanto a cessão pretendida condicionada a aprovação do exmo. sr. Presidente da Republica, por intermedio do órgão competente.

João Pessoa, 26 de abril de 1946. — Oswaldo Pessoa — Presidente.

Publicada na Secretaria do Conselho Administrativo do Estado da Paraíba, em 26 de abril de 1946. — João Araújo Dias — Secretário.

Resolução n.º 19, de 26/4/1946.

Aprova o projeto de de-

creto-lei da Prefeitura Municipal de Caiçara, constante do parecer n.º 19 publicado em 23/4/1946, concedendo uma pensão a viuva do operário Julio Henrique de Queiroz, com a emenda apresentada pelo Relator.

O Conselho Administrativo do Estado da Paraíba, em sessão de 26 de abril de 1946, adotou a seguinte resolução:

E' aprovado unanimemente nos termos do parecer do relator com respectiva emenda, o projeto de decreto-lei da Prefeitura Municipal de Caiçara concedendo uma pensão mensal a viuva do operário Julio Henrique Queiroz.

João Pessoa, 26 de abril de 1946. — Oswaldo Pessoa — Presidente.

Publicada na Secretaria do Conselho Administrativo do Estado da Paraíba, em 26 de abril de 1946. — João Araújo Dias — Secretário.

Resolução n.º 20, de 26/4/1946.

Aprova o projeto de decreto-lei da Prefeitura Municipal de Monteiro, abrindo o crédito especial de Cr\$ 111.594,80, afim de ocorrer o pagamento de despesas do exercicio findo.

O Conselho Administrativo do Estado da Paraíba, em sessão de 26 de abril de 1946,

adotou a seguinte resolução: E' aprovado o projeto de decreto-lei da Prefeitura Municipal de Monteiro, constante do parecer n.º 20 publicado em 24 do corrente mês, abrindo o crédito especial de Cr\$ 111.594,80, destinado ao pagamento de despesas do exercicio findo.

João Pessoa, 26 de abril de 1946. — Oswaldo Pessoa — Presidente.

Publicada na Secretaria do Conselho Administrativo do Estado da Paraíba, em 26 de abril de 1946. — João Araújo Dias — Secretário.

Resolução n.º 21, de 26/4/1946.

Aprova o projeto de decreto-lei da Interventoria

Federal, constante do ofício n.º 80, de 15.4.46, a-brindo á Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Publicas o crédito especial de Cr\$ 12.990,00.

O Conselho Administrativo do Estado da Paraíba, em sessão de 26 de abril de 1946, adotou a seguinte resolução: E' aprovado o projeto de decreto-lei da Interventoria Federal, constante do parecer n.º 21 publicado em 24.4.1946, abrindo á Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Publicas, o crédito especial de Cr\$ 12.990,00 para ocorrer as despesas com Serviço de Saneamento de Campina Grande.

João Pessoa, 26 de abril de 1946. — **Oswaldo Pessoa** — Presidente.

Publicada na Secretaria do Conselho Administrativo do Estado da Paraíba, em 26 de abril de 1946. — **João Araujo Dias** — Secretário.

Resolução n.º 22, de 26/4/1946.

Aprova o projeto de decreto-lei da Interventoria Federal, abrindo o crédito especial de Cr\$ 7.050,00 á Secretaria da Interventoria.

O Conselho Administrativo do Estado da Paraíba, em sessão de 26 de abril de 1946, adotou a seguinte resolução:

E' aprovado o projeto de decreto-lei da Interventoria Federal constante do parecer n.º 22 publicado em 24 de abril do corrente ano, que abre á Secretaria da Interventoria o crédito especial de Cr\$ 7.050,00 (sete mil e cinquenta cruzeiros).

João Pessoa, 26 de abril de 1946. — **Oswaldo Pessoa** — Presidente.

Publicada na Secretaria do Conselho Administrativo do Estado da Paraíba, em 26 de abril de 1946. — **João Araujo Dias** — Secretário.

DEPARTAMENTO DE CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS

ALGODÃO EXPORTADO PARA PORTOS NACIONAIS E ESTRANGEIROS, DEPOIS DE CLASSIFICADOS POR TIPOS E FIBRAS, DURANTE O MES DE FEVEREIRO DE 1946, PELAS SECÇÕES DE CLASSIFICAÇÃO DE JOÃO PESSOA E CAMPINA GRANDE

Tipos	Quantidade de Fardos	Peso Liquido
2	301	52.964
2	3.315	544.541
4	5.256	909.759
5	6.613	1.144.403
6	5.659	1.017.829
	1.556	212.679
Refugo	210	21.377
Resíduo	132	22.513,5
	296	52.600
TOTAL	23.338	3.978.365,5

Fibras	Quantidade de Fardos	Peso Liquido
26/28	2.231	378.060,5
28/30	173	30.549,5
30/32	2.561	345.329,5
32/34	12.308	2.809.594
34/36	5.538	921.886,5
35/37	99	18.132
Refugo	132	22.513,5
Resíduo	296	52.600
TOTAL	23.338	3.978.365,5

João Pessoa, 16 de abril de 1946.

JOSE DE ANDRÉA — Encarregado da Estatística

Visto:

ALBERTO DE MIRANDA HENRIQUES — Diretor.

ALGODÃO EXPORTADO PARA PORTOS NACIONAIS E ESTRANGEIROS, DEPOIS DE CLASSIFICADO, PELAS SECÇÕES DE CLASSIFICAÇÃO DE JOÃO PESSOA E CAMPINA GRANDE, DURANTE O MES DE FEVEREIRO DE 1946

DESTINO Portos Nacionais e Estrangeiros	Quantidade de Fardos	Peso Liquido
Estados Unidos	268	50.095
China	8.611	1.670.450
Pernambuco	4.305	487.072
Alagoas	2.126	309.289,5
Sergipe	280	51.137
Bahia	439	79.812,5
Rio de Janeiro	4.670	834.501
São Paulo	2.639	496.307,5
TOTAL	23.338	3.978.365,5

Firmas que exportaram:

Soares de Oliveira, Abilio Dantas & Cia., Companhia Comércio e Prensagem de Algodão, Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro, Anderson Clayton & Cia. Ltda., Cia. América Fabril, Barbosa Saldanha e Companhia, J. Amorim Junior & Cia., J. Ferreira Tavares, José de Brito & Cia., Sociedade Exportadora Carioca Ltda., Cia. de Tecidos Paulista, Demosthenes Barbosa & Cia., Otaviano Bezerra & Cia., J. C. Arruda & Cia., Cia. Comércio e Prensagem de Algodão, Raul Alves Pequeno e Luiz Vieira da Silva.

João Pessoa, 16 de abril de 1946.

JOSE DE ANDRÉA — Encarregado da Estatística

Visto:

ALBERTO DE MIRANDA HENRIQUES — Diretor.

SECRETARIA DO INTERIOR E SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL

INSTITUTO MÉDICO LEGAL

EXPEDIENTE DO DIRETOR DO DIA 26:

Exame pericial:

Solicitado pela Delegacia de Transito e Vigilancia, foi pelo dr. Ruy Bahia da Cunha, médico legista, devidamente examinado o jornalista João Silvestre da Silva, residente á av. da Pedra, n.º 20, em Cruz das Armas, vitima de ferimentos em virtude de um abaloamento ocorrido ha dias passados na rua das Trincheiras de um caminhão com um bonde.

Identificados no Registro Geral:

Apresentado pela Delegacia Especial de Investigações e Capturas da Capital, acham-se identificados no Registro Geral os indivi-

duos José Carlos de Queiroz, como incurso no art. 155 do Código Penal Brasileiro e Pedro Feitosa, incurso nas penas do art. 129 do mencionado Código.

Individuais datiloscópicas remetidas:

A Delegacia de Transito e Vigilancia foram remetidas as individuais datiloscópicas e fotografias em duplicata, pertencentes aos motoristas José Honorio de Lima e Severino Bastos da Silva, ambos identificados criminalmente no Registro Geral deste Instituto.

Comunicação:

Pelas partes diárias da Casa de Detenção de ns. 109 a 112, teve ciência o Instituto Médico Legal não ter se registrado nenhuma ocorrência policial, permanecendo ali recolhidos 387 presidiários em cumprimento de pena.

DEPARTAMENTO DE CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS AGRO-PECUÁRIOS

Mapa demonstrativo do algodão classificado por tipo e fibras para negócios internos, pela Secção de Classificação de João Pessoa, durante o mês de fevereiro de 1946

Municípios	Marcas	Sacas	P. Bruto	P. Líquido	CLASSIFICAÇÃO POR TIPOS																		Refugo
					3			4			5			7			8			9			
					Sacas	Pêso	Sacas	Pêso	Sacas	Pêso	Sacas	Pêso	Sacas	Pêso	Sacas	Pêso	Sacas	Pêso	Sacas	Pêso	Sacas	Pêso	
Tabaiana	Sinhá	180	23.310	22.850	17	2.235	158	19.975	5	640	30	3.228	9	990	—	—	—	—	—	—	—	—	
Mamanguape	Avila	180	20.709	20.349	—	—	105	12.262	36	3.869	18	1.885	5	428	—	—	18	1.537	—	—	—	—	
Maguari	Zodiaco	57	5.214	5.100	—	—	—	—	11	1.016	18	1.885	5	428	—	—	—	—	—	—	—	—	
Mogéiro	Nevada	180	17.899	17.309	10	1.069	107	11.876	35	3.811	5	533	1	107	—	—	—	—	—	—	—	—	
Flar	Alfa	77	9.127	9.043	—	—	18	2.076	7	845	18	2.097	12	1.427	—	—	6	736	—	—	—	—	
Umbuzeiro	Olinda	155	19.056	18.746	36	4.327	88	10.621	28	3.442	3	356	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Tabaiana	Lulú	30	3.400	3.340	—	—	1	107	6	684	14	1.559	8	902	—	—	1	107	—	—	—	—	
Guarabira	Violéa	315	33.979	33.651	21	2.258	137	14.530	136	14.490	14	1.531	4	423	—	—	3	419	—	—	—	—	
Pananeiras	Sempa	337	35.980	35.186	—	—	233	20.550	133	11.845	26	2.373	6	418	—	—	—	—	—	—	—	—	
Esapé	Zefiro	33	3.874	2.808	—	—	—	—	1	83	4	311	8	678	—	—	14	1.202	—	—	5	420	
		1.584	172.548	168.682	84	9.889	847	91.997	398	40.705	132	13.703	52	5.372	42	4.001	21	2.078	2	2.078	2	937	

Municípios	Marcas	Sacas	P. Bruto	P. Líquido	CLASSIFICAÇÃO POR FIBRAS												Refugo
					24/26		26/28		30/32		32/34		34/36				
					Sacas	Peso	Sacas	Peso	Sacas	Peso	Sacas	Peso	Sacas	Peso	Sacas	Peso	
Tabalana	Sinhá	180	23.310	22.850	—	—	180	22.850	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Mamanguape	Avila	180	20.709	20.349	29	2.313	29	2.701	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Maguari	Zodiaco	57	5.314	5.100	27	990	171	19.359	—	—	—	—	—	—	—	1	86
Mogéiro	Nevada	160	17.890	17.609	2	213	156	17.168	2	228	—	—	—	—	—	—	—
Flar	Alfa	77	9.127	9.043	28	3.258	43	5.018	—	—	—	—	—	—	—	6	767
Umbuzeiro	Olinda	155	19.056	18.746	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Tabalana	Luli	30	3.400	3.340	20	3.233	1	107	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Guarabira	Violéa	315	33.979	33.651	8	949	307	32.702	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Pananeiras	Sempa	337	35.980	35.185	—	—	—	—	164	14.636	333	20.550	—	—	—	—	—
Sapé	Zéfiro	33	3.874	2.808	27	2.300	5	424	—	—	—	—	—	—	—	1	84
		1.594	172.543	169.699	130	12.256	892	100.329	168	14.634	304	29.174	84	10.122	8	937	

João Pessoa, 13 de abril de 1946.

JOSE DE ANDRÉA
Encarregado da Estatística

ANTONIO GUEDES DE VASCONCELOS SOBRINHO
Chefe da Secção de Classificação

VISTO :
ALBERTO DE MIRANDA HENRIQUES
Diretor

DEPARTAMENTO DE PUBLICIDADE

DEMONSTRAÇÃO DO MOVIMENTO DA TESOURARIA DA
DIVISÃO DE IMPRENSA OFICIAL, CORRESPONDENTE AO
DIA 25 DE ABRIL DE 1946

RECEITA:

Recebido:
Impressos 210,00

DESPESA:

Recolhido ao Departamento da Fazenda 210,00

RESUMO:

Recolhido de 2 a 25 do corrente 6.673,20
Idem dia 26 210,00 6.883,20

Divisão de Imprensa Oficial em, 26 de abril de 1946.

Raphael da Silveira — Tesoureiro.

VISTO: — José de Cerqueira Rocha — Diretor Geral.

DIVISÃO DE RADIO
DIFUSÃORADIO TABAJARA DA
PARAÍBA

Frequência 1.110.

Ondas largas de 270
metros.

Programa para hoje:

09.00 — Característica.
09.05 — Manhã de ritmos
com gravações selecionadas.
10.00 — Melodias porten-
has.
11.00 — Musica popular
variada.
11.45 — Radio panorama
com noticias da Paraíba e do
País.
12.00 — Noticiário inter-
nacional.
12.07 — Cont. de musica
popular variada.
12.30 — Retransmissão da
BBC de Londres.
12.45 — Cont. de musica
popular variada.
13.00 — Boa tarde — In-
tervalo.
17.00 — O boa tarde sono-
ro com gravações seleciona-
das.
18.00 — Ave Maria.

Programa de estudio:

18.05 — Conjunto tipico,
de Paulino Galvão.
18.25 — Notas do Pala-
cio da Redenção.
18.30 — Milton Borba com
regional.
18.45 — Bete Araujo com
orquestra.
19.00 — Noticiário inter-

nacional.

19.07 — Antonio Siqueira
com regional.

Boletim esporti-
vo.

19.30 — Retransmissão do
noticiário radiofonico do D.
N. I.

20.00 — José Paulo, com
orquestra.

20.15 — Judite Pessoa com
regional.

20.30 — Orquestra Taba-
jára, de Bolivar Duarte.

21.00 — Jornal internacio-
nal Sauhaú.

21.07 — Gravações (com-
plemento).

21.15 — Comentário do
dia — Retransmissão da BBC
de Londres.

21.30 — Jornal Oficial do
Estado.

21.35 — Sólós de acordeon
com Nelson Santana.

21.50 — Pascoal Carrilho
com regional.

22.05 — Boa noite musi-
cal com o prof. Milton Dan-
tas em sólós de violão.

22.20 — Gravações (com-
plemento).

22.30 — Boa noite — Ca-
racterística.

NOTAS: — A P. R. I. - 4
fará hoje uma irradiação es-
pecial, das 16,15 às 17,30 ho-
ras, com gravações selecio-
nadas dedicadas á reunião
que a Revista MANAÍRA pro-
moverá no Casino do Parque
Solon de Lucena.

— Por estes dias a P. R. I.
4 voltará a apresentar o seu
programa de grande sucesso
"Hora da Saudade".

SECRETARIA DAS FINANÇAS

RECEBEDORIA DE JOÃO PESSOA

EXPEDIENTE DO DIRETOR parecer. A' S. P. A.

DO DIA 26:

Petições:

De N. M. Fantini. — De- De Francisco Alexandre
ferido, devendo o imposto da Silva. — Igual despa-
ser cobrado na forma do cho.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
E SAÚDE

NOTA DA SECRETARIA DE Otaviano Nunes, Sebastião
EDUCAÇÃO E SAÚDE Rocha, Joventino Guedes,

O Secretário de Educa-
ção e Saude, solicita o
comparecimento de todos
os membros do Conselho
Regional de Desportos, se-
gunda-feira, às 15 horas,
em seu gabinete, para tra-
tar de assuntos de interes-
se daquela mentora.

Solicita-se a comparecer
ao Gabinete da Secretaria
de Educação e Saude, a
srta. Maria do Carmo Mar-
ques de Souza, para tra-
tar de assunto de seu inte-
resse.

Em referência aos tele-
gramas enviados ao Exmo.
Sr. Interventor Federal e
ao Diretor do D. E., e subs-
critos por alguns habitan-
tes da cidade de Teixeira,
solicitando providências
quanto á recusa de matri-
cula de alunos por parte da
professora daquela mesma
cidade, após as sindicancias
necessárias, ordenadas pe-
lo sr. Diretor do D. E., pa-
ra conhecimento dos inte-
ressados, vão publicados o
relatório apresentado pelo
sr. Inspetor Regional na
8.ª zona, e os telegramas
que deram lugar ás aludidas
sindicancias:

TEIXERA, Pb 70 — 62
— 12 — 16,10 — Exmo.
Sr. Interventor Federal des-
te Estado — João Pessoa
Pb — Nós abaixo assina-
dos vimos protestar contra
a ação escola Roseta Rama-
lho recusando matricular
alunos cujos pais votaram
brigadeiro dizendo ser or-
dem superior esperarmos
que Vossência para engran-
decimento país elimine ato
só admissivel, ação bárbara.
Cordiais saudações — Teo-
doro Nunes, Antonio Souza
Virgulino Araujo, Maria
Araujo, Severino Fragozo.

José do Rêgo,
TEIXEIRA Pb — 58 —
42 — 11 — 16 — Diretor
Dep. Educação — J. Pes-
soa Pb. — Profa. Roseta
Ramalho recusou-se matri-
cular hoje minha filhinha
Beatriz alegando ser gente
brigadeiro dizendo mais es-
tar cumprindo ordens Go-
vêrno. Peço vossência ne-
cessárias providências sen-
tido evitar fique minha fi-
lha prejudicada receber ru-
dimentares instruções. —
Antonio de Souza Ramalho.

RELATÓRIO

Patos, 21 de março de
1946.

Senhor Diretor:

Devolvendo a esse D|E.
o telegrama de que é sig-
natário o sr. Antonio de
Souza Ramalho, tenho a in-
formar que procedi a sindi-
cancia a respeito do aludi-
do no mesmo, tendo chega-
do ás conclusões seguin-
tes:

a) — A professora Ma-
ria Roseta Ramalho, que
exerce as funções de Ins-
petora Auxiliar do Ensino,
matriculou, indistintamente,
sem côres partidárias, to-
dos aqueles que, no prazo
legal, procuraram o esta-
belecimento de ensino sob
sua regência.

b) — O sr. Antonio de
Souza Ramalho não procu-
rou em tempo, nem fóra
dele, matricular quem quer
que seja nas unidades esco-
lares da cidade de Teixei-
ra.

c) — Estão matricula-
dos na Escola Elementar
Feminina, que é regida pe-
la professora Maria Roseta
Ramalho, oitenta (80) e-
ducandos, não sendo possi-
vel elastecer a referida ma-
tricula em face da exigui-
dade de espaço nas duas

salas em que funciona a escola, pelo que são forçadas as professoras a limitar a matrícula, até que seja designada uma outra auxiliar, dividindo-se o trabalho escolar em três turnos ou alugando-se uma sala para o funcionamento de uma classe.

d) — Todas as professoras da cidade veem cumprindo fielmente os seus deveres funcionais, a despeito da campanha levada a efeito por elementos filiados à U. D. N., que procuraram fundar uma escola exclusiva para os filhos de partidários de tal corrente política, intento que, aliás, não foi levado a efeito, por motivos ignorados por esta Inspeção.

e) — Nenhum elemento da U. D. N. procurou ter entendimento com esta Inspeção a respeito do assunto ventilado no telegrama que motivou este.

f) — Notei, na unidade escolar regida pela professora Maria Roseta Ramalho, perfeita harmonia entre os escolares matriculados, sendo de notar que existem alunos filhos de pais que obedecem às orientações políticas de partidos adversos.

2 — Isto posto, cumpre-me encerrar estes informes, adiantando que a professora Maria Roseta Ramalho vem sendo uma funcionária zelosa, merecedora, portanto, da confiança desta Inspeção.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Senhoria os meus protestos de profundo respeito.

Heroizo do Nascimento.
Insp. Reg. na 8.ª Zona.

EXPEDIENTE DO SECRETÁRIO DO DIA 25:

Despachos:

De Maria Leite Ferreira, solicitando aposentadoria com os vencimentos integrais. — Despacho: Ao Dep. de Educação para informar.

De Frei Francisco Solano, solicitando um auxílio destinado a uma escola da vila de Cabedelo, para o ensino de adultos pobres. — Despacho: Ao Dep. de Educação para informar.

De Ambrosina Soares de Sá, solicitando permissão para empreender um estágio no Conservatório Nacional de Canto Orfeônico. — Despacho: Ao Serviço de Administração para providenciar o expediente.

das atribuições que a lei lhe confere, resolve designar Aurea Galvão, professora classe C, servindo no Grupo Escolar "Clementino Procópio", da cidade de Campina Grande, para ter exercício na escola rudimentar noturna masculina, sediada no Grupo Escolar "Solon de Lucena", da mesma cidade.

O Diretor do Departamento de Educação, no uso das atribuições que a lei lhe confere, resolve designar Alexina Avelino do Nas-

cimento, professora recentemente contratada, para prestar serviços na escola primária mista da Fazenda Nica, do município de Bananeiras.

O Diretor do Departamento de Educação, no uso das atribuições que a lei lhe confere, resolve designar Simeão Freire de Araújo, Inspetor Técnico Regional do Ensino da 4.ª Zona Escolar, sediada em Bananeiras, para prestar serviços na 5.ª Zona Escolar, sediada em Areia.

DEPARTAMENTO DE SAÚDE

EXPEDIENTE DO DIRETOR GERAL DO DIA 24:

Petição:
N.º 1758 — Viuva Luiz Batista Rabêlo. — Deferido.

EXPEDIENTE DO DIRETOR GERAL DO DIA 25:

Portaria:
O Diretor Geral do De-

partamento de Saúde, no uso de suas atribuições, resolve designar d. Maria da Gloria Araujo, extranumerário contratado para, no Hospital "Clementino Fraga", exercer as funções de Enfermeira, mediante os salários de Cr\$ 350,00 (trezentos e cinquenta cruzeiros) mensais, a partir de 24-4-46.

SECRETARIA DA AGRICULTURA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

EXPEDIENTE DO SECRETÁRIO DO DIA 26:

— De Aprigio Fernandes, pleiteando por intermédio do Departamento da Produção, adquirir o material do carro "Ford" 1.929 (sucata) existente nas oficinas de Bayeux, por Cr\$ 2.400,00. — Despacho: Autorizo a venda pelo preço oferecido.

— De Fosferti Ltd., pleiteando adquirir o carro "Ford" 1.929 (sucata), existente nas oficinas de Bayeux, pelo preço de Cr\$ 2.300,00. — Despacho:

Indeferido, por ter encontrado melhor oferta.

Portaria:
O Secretário da Agricultura, Viação e Obras Públicas, tendo em vista o que consta do ofício n.º DP/598, do Departamento do Serviço Público, resolve retificar a portaria n.º 67, de 24/IV/46, considerando a vigência do contrato de Antonio da Cunha Lima, com exercício no Departamento de Assistência ao Cooperativismo, a partir de 1.º de janeiro do corrente ano.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

EXPEDIENTE DO DIRETOR DO DIA 25:

Portarias:

O Diretor do Departamento de Educação, no uso das atribuições que a lei lhe confere, resolve designar João Tirsó Cantalice da Trindade, Inspetor Técnico Regional do Ensino da 5.ª Zona Escolar, sediada em Areia, para prestar serviços na 4.ª Zona Escolar, sediada em Bananeiras.

O Diretor do Departa-

mento de Educação, no uso das atribuições que a lei lhe confere, resolve designar Isolda da Silva Magalhães, professora recentemente contratada, para prestar serviços na escola rudimentar mista de "Palmeira", do município de Bananeiras.

EXPEDIENTE DO DIRETOR DO DIA 26:

Portarias:

O Diretor do Departamento de Educação, no uso

DIÁRIO DOS MUNICIPIOS

PREFEITURA DE JOÃO PESSOA

EXPEDIENTE DO DIA 26 DE ABRIL DE 1946.

Petições:

N.ºs. 2442 de Antoniana Cruz, 2425 de Eufrosina Maria da Conceição, 2415 de Maria Luiza Cebal, 2409 de João Monteiro da Silva,

2405 de Severino Santino de Lima, 2388 de Absalão de Oliveira, 2406 de Maria Vitorina Nascimento. — DEFERIDO. — N.ºs. 1971 de Otávio Rodrigues da Silva, 2403 de Herculano Gonçalves da Silva, 2410 de Antonio José, 2274 de Pedro Nu-

nes de Oliveira, 2367 de João Dutra de Andrade, 1860 de Anadida de Vasconcelos Porto, 1201 de Bernardo Monteiro Guedes, 2384 de Carlos Giovanni Peixoto de Vasconcelos, 2391 de Paulo Bernardo de Oliveira, 2414 de Anália Barbosa Nascimento, 2422 de Amélia Corrêz de Almeida, 2424 de Florêncio

José de Lima, 2404 de Ambrosio Rodrigues de Souza. — Deferido, pagando o que de direito.

N.º 2308 de Antonio Jorge de Oliveira, 2311 de Esequiel Lopes Machado. — Certifique-se o que constar.

Ficam convidados a comparecer à Divisão de Tributação e

DIÁRIO DA JUSTIÇA

TRIBUNAL DE APELAÇÃO

GABINETE DA PRESIDENCIA

MOVIMENTO DO DIA 26

Ofícios recebidos e despacho:

Ofício do dr. Chefe de Polícia, comunicando que, em data de 24 deste, oficiou ao tenente Osorio Olimpio de Queiroga, recomendando informar o destino dado a arma a que alude o ofício da Presidência do Tribunal de Apelação, de 17 do corrente.

"Remeta-se cópia do presente ofício ao dr. Juiz de Direito de Catolé do Rocha; e, a seguir archive-se.

PRIMEIRA CAMARA

Sessão ordinária, em 26 de abril de 1946

Presidência do exmo. des. Braz Baracuhy.

Secretário: dr. Euripedes Tavares.

Lida, foi aprovada a ata da reunião anterior.

Foram submetidos a julgamento os seguintes recursos:

Petição de "habeas-corpus" n.º 289, de João Pessoa.

Relator des. Braz Baracuhy. Impetrante o bñl. Elias Napo-

leão Dias da Silva, em favor de José Dantas Saldanha.

Indeferido o pedido, unanimemente.

Apelação criminal n.º 1114, de Mamanguape. Relator des. José Floscolo. Apelante a Justiça Publica; apelado Hercílio Alves Ferreira.

Adiado o julgamento, convocando-se o exmo. des. Agripino Barros.

Apelação Criminal n.º 1120, de Campina Grande. Relator des. José Floscolo. Apelante João Bernardo da Silva; apelada a Justiça Publica.

Adiado o julgamento, convocando-se o exmo. des. Agripino Barros.

Apelação Cível "ex-officio" n.º 1054, de Guarabira. Relator des. José Floscolo. Apelante o Juizo; apelados José Gonçalves de Lima e d. Felisbela Alves de Lima.

Adiado por não haver numero legal para o julgamento.

Distribuição Independente de Sorteio do dia 26:

Apelação Criminal n.º 1142, da comarca de Sousa. Relator dr. Manuel Maia. Apelante

valcanti, João Domingos de Andrade e D. Guiomar Medeiros.

DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DESPESA NO DIA 25 DE ABRIL DE 1946

RECEITA:

Saldo do dia 24	47.365,00
Receita do dia 25	6.149,20
TOTAL	Cr\$ 53.514,20

DESPESA:

Pago a Odilon de Carvalho, Merceologista desta Edilidade, adiantamento destinado a compra de gasolina para os veículos desta Prefeitura	1.014,00	1.014,00
Saldo Balanceado	52.500,20	
TOTAL	Cr\$ 53.514,20	

DEMONSTRAÇÃO DO SALDO:

Em Depósito de Diversas Origens	1.300,10	
A favor de Instituições de Previdência Social	710,20	
Saldo Disponível	50.489,90	52 500,20

Tesouraria da Prefeitura Municipal de João Pessoa, em 25 de abril de 1946.

GENTIL FERNANDES — Tesoureiro.

VISTO: — GENESIO GAMBARRA FILHO — Secretário.

Francisco Pereira da Silva, vulgo "Nenen Pereira"; apelada a Justiça Publica.

Apelação Criminal n.º 1143, da comarca de Santa Rita. Relator des. José Floscolo. Apelante o Representante do Ministério Público. Apelado Manuel Marcos dos Santos.

Apelação Criminal n.º 1144, da comarca de Santa Rita. Relator des. Severino Montenegro. Apelante o promotor Substituto. Apelado Pedro Gomes dos Santos.

Apelação Cível n.º 1071, da comarca de Bananeiras. Relator dr. Manuel Maia. Apelantes José Coutinho Cirne e s/mulher, Antonio Leite Ramalho e s/mulher. Apelado João Bezerra Cavalcanti.

MOVIMENTO DE AUTOS DO DIA 26.

Despachos:

Apelação Criminal n.º 1137, de Esperança. Relator des. José Floscolo. Apelante o Representante do Ministério Público; apelados o Juizo e Geraldo Donato.

Apelação Criminal n.º 1.138, de Taboiana. Relator des. Severino Montenegro. Apelante o Promotor Público; apelado Alexandre Alves da Costa.

Inquérito Policial n.º 3, remetido pelo dr. Juiz de Direito da comarca de Catolé do Rocha ao exmo. des. Presidente do Tribunal de Apelação.

Foram os respectivos autos com vista ao dr. Proc. Geral substituto.

Assinatura e Publicação de Acórdãos:

Recurso Criminal n.º 490, de Bonito de Santa Fé. Relator des. José Floscolo. Recorrente o Juizo; recorrido o dr. José de Sousa Moraes.

Recurso Criminal n.º 507, de Piancó. Relator des. José Floscolo. Recorrente o Juizo; recorridos Nereu de Moraes Coêlho e Clodoaldo Brasilino Leite.

Foram assinados em mesa e publicados na Secretaria, os respectivos acordãos.

EDITAL N.º 76

Faço ciente aos interessados que o exmo. des. Presidente designou o dia 30 de abril corrente para os seguintes julga-

mentos pela Primeira Camara: Apelação Criminal n.º 1.114, de Mamanguape. Relator des. José Floscolo. Apelante a Justiça Publica; apelado Hercílio Alves Ferreira.

Apelação Criminal n.º 1.108, de Mamanguape. Relator des. José Floscolo. Apelante o dr. Promotor Público; apelado Sebastião Trajano de Lira.

Apelação Criminal n.º 1.120, de Campina Grande. Relator des. José Floscolo. Apelante João Bernardo da Silva; apelada a Justiça Publica.

Apelação Criminal n.º 1085, de Ingá. Relator des. José Floscolo. Apelante o Promotor Público; apelado José Alonso de Oliveira, vulgo "José de Totô".

Apelação Cível n.º 1054, de Guarabira. Relator des. José Floscolo. Apelante o Juizo; apelados José Gonçalves de Lima e d. Felisbela Alves de Lima.

E para que chegue ao conhecimento de todos, faço publicar o presente edital. Secretaria do Tribunal de Apelação, em João Pessoa 26 de abril de 1946. Euripedes Tavares — Secretário.

RECURSO CRIMINAL N.º 507

PIANCO

Recorrente: — o Juizo.

Recorridos: — Nereu de Moraes Coêlho e Clodoaldo Brasilino Leite.

Relator: — des. J. Floscolo.

Para a concessão do habeas-corpus preventivo, basta a fundada suspeita de coação ilegal iminente.

ACORDÃO

Visto este recurso ex-officio do dr. juiz de Piancó, nos autos do habeas-corpus preventivo concedido a Nereu de Moraes Coêlho e Clodoaldo Brasilino Leite; e

Considerando que não cabe a autoridade policial o direito de compeler qualquer cidadão a comparecer à sua presença, a não ser nos casos previstos na lei, de investigações para a descoberta de crime de que a parte tenha qualquer conhecimento que possa ser útil à elucidação dos fatos;

Considerando que no caso os recorridos foram intimados a comparecer à delegacia, não

para prestar declarações em inquérito policial, mas para dar explicação sobre juízos poucos favoráveis que teriam externado com referência á atuação da policia local.

Considerando que para a concessão de **habeas-corpus** preventivo, basta fundada suspeita de coação ilegal iminente, pouco importa que a autoridade afirme não ter a intenção de prender, ou coagir de qualquer modo os pacientes: desde que persiste a ameaça de novas intimações abusivas, o que se evidencia das próprias declarações da autoridade coatora, subsiste para os pacientes a causa de justo receio e intranquilidade, que justifica a concessão da ordem impetrada; pelo que,

Acorda unanime a 1.ª Câmara do T. A., confirmar a decisão recorrida.

J. P., 23-IV-1946.

Braz Baracuhy, pres.; J. Flóscolo, relator; S. Montenegro. Presente — Severino Guimarães.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

50.ª Sessão ordinária realizada em 26 de abril de 1946

Presidente: des. Flodoardo Lima da Silveira.

Secretário: José Batista de Melo.

Presentes: Os juizes des. José de Farias drs. Climaco Xavier da Cunha Julio Rique Filho e Renato Teixeira Bastos e o dr. Severino Pessoa Guimarães.

Foram tomadas as seguintes decisões:

a — Cancelamento de inscrição eleitoral, n.ºs. 1335, 1339, 1343 e 1355.

Procedencia: Juizo Eleitoral da 38.ª zona. Relator: Juiz José de Farias.

O Tribunal mandou processar as exclusões, unanimemente.

b — Cancelamento de inscrição eleitoral, n.ºs. 1348, 1352 e 1356. Procedencia: Juizo Eleitoral da 38.ª zona. Relator: Juiz Climaco Xavier da Cunha.

O Tribunal mandou processar as exclusões, unanimemente.

c — Cancelamento de inscrição eleitoral, n.º 1.361. Procedencia: Juizo Eleitoral da 38.ª zona. Relator: Juiz Julio Rique Filho.

O Tribunal mandou processar as exclusões, unanimemente.

d — Cancelamento de inscrição eleitoral, n.ºs. 1346 e 1354. Procedencia — Juizo Eleitoral da 38.ª zona. Relator — Juiz Renato Teixeira Bastos.

O Tribunal mandou processar as exclusões, unanimemente.

Julgamentos designados para a sessão do dia 29:

Juiz José de Farias — Cancelamento de inscrição, n.ºs. 1.347, 1.351 e 1.359, procedentes do juizo eleitoral da 38.ª zona.

Juiz Climaco Xavier da Cunha — Cancelamento de inscrição eleitoral, n.º 1.360, procedente do juizo eleitoral da 38.ª zona.

Juiz Renato Teixeira Bastos — Cancelamento de inscrição eleitoral, n.ºs. 1.358 e 1.362, procedentes do juizo eleitoral da 38.ª zona.

Inventário de Gerturdes Maria da Conceição.

João Pessoa, 26 de abril de 1946.

O Escrevente autorizado: — **Damásio Franca.**

CARTÓRIO DOS FEITOS DA FAZENDA ESTADUAL

Para ciência dos interessados torno publico o final da sentença proferida nos autos da ação ordinária que no juizo da 2.ª Vara desta comarca moveu o Professor Severino Alves Rocha contra o Estado da Paraíba julgando a mesma procedente: — Pelo exposto, julgo procedente a presente ação para condenar, como condena o Estado da Paraíba a pagar ao autor a importância correspondente a seus vencimentos durante o período que estava afastado do

cargo de Chefe dos Serviços da Secretaria do Departamento de Educação e que deverá ser computado no seu tempo de serviço, juros de móra, na forma da lei e honorários de advogado na base de 20% sobre o total da indenização. P. e I. Apelo da presente decisão para o Egregio Tribunal de Apelação do Estado, a cuja secretaria deverão ser remetidos os autos, depois de decorrido o prazo para interposição de recurso voluntario e observadas todas as formalidades legais. João Pessoa, 17 de abril de 1946. Manuel Maia de Vasconcelos. Nos termos do art. 168 § 1 do C. P. C., considero intimado os interessados da referida sentença. João Pessoa, 26 de abril de 1946. **Damásio Franca** — Escrevente do 5.º Ofício.

EDITAIS E AVISOS

SECRETARIA DAS FINANÇAS — PROCURADORIA DO DOMINIO DO ESTADO — EDITAL Nº 1 — Primeira concorrência Pública para venda de cinco (5) toneladas de papel, aproximadamente, sem nenhum valor como documento ao serviço público, existentes no Arquivo Público, com o prazo de quinze (15) dias.

1 — De ordem do sr. Procurador do Dominio do Estado e de acôrdo com as disposições legais vigentes e nos termos do processado nº 5435/46, faço público, para o conhecimento de quem interessar — possa, que esta Procuradoria receberá, até 17 e 30 horas do dia nove (9) de maio do corrente ano, propostas para compra de cinco (5) toneladas, aproximadamente, de papel, sem nenhum valor como documento ao serviço público, existentes no ARQUIVO PÚBLICO, na base minima de quinze centavos Cr\$ 0,15) o quilo.

2 — Os interessados poderão examinar o referido papel na repartição citada.

3 — As propostas deverão ser feitas por escrito, em duas vias, selando-se devidamente a primeira, e com nome, naturalidade, profissão e residencia do concorrente, e apresentadas dentro de envelopes fechados e lacrados, com a nota de "RESERVADA", e o nº do edital, a fim de que as mesmas sejam julgadas pelo Tribunal da Fazenda.

João Pessoa, 24 de abril de 1946 — **JOAO TEODOSIO DE SOUZA** — Fiscal:

Visto: — **Mário Antonio da**

Gama e Melo — Procurador Geral.

EDITAL — O Dr. Pedro Damiano Peregrino de Albuquerque Juiz Eleitoral da 9.ª zona (Comarca de Alagoa Grande) do Estado da Paraíba. FAZ saber a todos os interessados, por meio deste edital publicado pelo prazo de trinta (30) dias; que o artigo 27 e respectivo paragrafo unico das "Instruções expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral, para o alistamento reaberto pelo decreto-lei nº 8.556, de 7 de janeiro do corrente ano, e para a substituição dos títulos eleitorais, na forma do mesmo decreto-lei e do decreto-lei nº 8.835, de 24 de janeiro de 1946 dispõe o seguinte: — "Os títulos eleitorais expedidos para as eleições de dezembro de 1945, serão substituídos por títulos definitivos, modelo anexo, sob n.º 1, devendo o eleitor requerer a substituição nos termos do artigo 3.º destas Instruções. Paragrafo unico — Os eleitores alistados até 2 de setembro de 1945, que não requererem e obtiverem a substituição de seus títulos pelos novos não poderão votar em quaisquer outras eleições que determine o artigo 28 das referidas "Instruções", faz transcrever neste edital o dispositivo do artigo 3.º e seus paragrafos, das mesmas "Instruções", que é do teor seguinte: "Artigo 3.º — Instruirá o alistamento o seu requerimento, cuja letra e assinatura deverão ser reconhecidas por tabelião, com prova de nacionalidade e de idade; b) prova de identidade; c)

NOTAS DO FÔRO

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL E PROCLAMAS DE CASAMENTO

No cartório do escrivão Sebastião Bastos, no Palácio da Justiça desta cidade, correm proclamas dos contraentes seguintes:

Waldemar de Albuquerque Aranha, comerciante, natural de Pernambuco e Violeta de Lourdes Santa Cruz Costa, natural deste Estado, solteiros, maiores, domiciliados e residentes nesta Capital, no parque Solon de Lucena, 36 e á rua Mons. Walfredo 205.

Dr. Luiz Inácio Ribeiro Coutinho, agrônomo e industrial, maior e Ana Rita Ribeiro Coutinho, menor, solteiros, na-

trais deste Estado, domiciliados e residentes nesta Capital á av. João Machado, 276 e á rua das Trincheiras, 104.

Com proclamas já publicados: Mario de Sousa Correia e Joséfa Rodrigues de Araújo, Severino José de Macêdo e Argentina Tranquilina de Sales.

CARTÓRIO DE ORFÃOS E DA FAZENDA ESTADUAL

Movimento de autos do dia 26:

Ao dr. Juiz de Direito da 1.ª vara:

Inventário de Genésio Freire.

Ao dr. Juiz de Direito da 3.ª

vara:

Justificação requerida por Nilo de Andrade.

Ao dr. Ivaldo Falconi:

duas fotografias do alistando, de 2x3 centímetros, uma para ser oposta ao título eleitoral, e a outra destinada ao arquivo. § 1.º — O reconhecimento por tabelião da letra e firma do alistando será gratuito e prefere a qualquer outro serviço, não podendo o tabelião recusar-se a fazê-lo, si abonados por duas testemunhas idoneas que as reconheçam, por escrito, ao pé do mesmo requerimento (Decreto Lei n.º 8.556, de 7-1-1946, artigo 5.º). § 2.º — A critério do Juiz Eleitoral, o testemunho de duas pessoas idoneas pode suprir o reconhecimento por tabelião da letra e firma do requerente (art. 5.º, parágrafo único). § 3.º — A prova de idade e de nacionalidade será feita com: a) certidão de nascimento ou de casamento extraída do registro civil ou certidão de nascimento ou de casamento, extraída do registro civil ou certidão de batismo, quando se tratar de pessoas nascidas anteriormente a 1.º de janeiro de 1889, ou, quando a idade, qualquer documento que, direta ou indiretamente, prove ter o requerente mais de 18 anos; b) carteira militar de identidade; c) carteira de identidade expedida por gabinete oficial ou serviço competente de identificação no Distrito Federal, ou órgãos congêneres nos Estados e nos Territórios; d) certificado de reserva de qualquer categoria do Exército, da Armada ou da Aeronáutica; e) carteira profissional expedida pelo serviço do Ministério, Indústria e Comércio; f) título eleitoral, expedido na conformidade do Decreto n.º 21.076 de 24 de fevereiro de 1932, da Lei n.º 48, de 4 de maio de 1935 (Código Eleitoral). § 4.º — Si o requerente for brasileiro naturalizado ou si houver nascido no estrangeiro, tendo o registro do seu nascimento sido lançado no Consulado do Brasil no Exterior, — apresentará prova da sua naturalização, título declaratório da cidadania, ou certidão do registro de nascimento feito por consul brasileiro, e ainda neste último caso a prova de ter sido observada a exigência da transcrição de tais assentos no País de 1939, alterado pelo Decreto n.º 13.556 de 30 de setembro de 1943). § 5.º — São vedadas justificações para suprir qualquer documento referido neste artigo e seus parágrafos. § 6.º — A prova de identidade será feita com a respectiva carteira expedida por gabinete oficial ou, em sua falta, com o atestado de

duas pessoas idoneas, a critério do Juiz eleitoral perante o qual for requerido o alistamento (citado decreto-lei n.º 8.556, de 7-1-1946, art. 3.º, § 2.º). § 7.º — Quando o requerente for funcionário público, a prova de racionalidade e de idade poderá fazer-se mediante atestado do diretor da repartição em que servir".

E para os efeitos de direito, em obediência ao que dispõe o citado artigo 28 das mencionadas "Instruções", manda publicar este edital, pelo prazo de trinta dias, no órgão oficial deste Estado (a "A União"), porque não existe imprensa nesta Comarca afixando-se cópia do mesmo á porta do Cartório Eleitoral, nesta cidade. Dado e passado nesta cidade de Alagôa Grande, em 18 de março de 1946. Eu, **Djalma Lins Caicho**, Escrivão do Cartório Eleitoral desta 9.ª zona eleitoral do Estado da Paraíba, o datilografei e subscrevi. **Pedro Damião Peregrino de Albuquerque** — Juiz Eleitoral.

TRIBUNAL DE APELAÇÃO — EDITAL N. 1 — CONCURSO PARA O CARGO DE JUIZ DE DIREITO: — De ordem do exmo. des. Presidente do Tribunal de Apelação do Estado e de acordo com o atual regulamento de concurso para o cargo de Juiz de Direito, faço publico, para conhecimento dos interessados que, pelo prazo de trinta dias, a contar da primeira publicação deste achesse aberta na Secretaria deste Tribunal, a inscrição dos candidatos ao concurso para preenchimento do cargo de Juiz de Direito da Comarca de Teixeira, atualmente vaga.

O pedido de inscrição deverá ser encaminhado á Presidência do Tribunal instruído com as provas abaixo enumeradas:

- a) de ser brasileiro nato;
- b) de não ter menos de 25 nem mais de 50 anos de idade, salvo a hipótese do art 27 § único da lei de Organização Judiciária;
- c) de ser doutor ou bacharel em direito por Faculdade oficial do País ou reconhecida;
- d) de estar quite com as obrigações estatuidas em lei para com a segurança nacional;
- e) de saúde, por atestação de médicos de Saúde Pública do Estado;
- f) folha corrida dos lugares onde residiu nos dois últimos anos, ou prova de exercício efetivo de função publica;
- g) De idoneidade moral e capacidade intelectual, por

quaisquer documentos, títulos ou trabalhos.

Deverá juntar ainda oito exemplares impressos ou datilografados, de uma dissertação jurídica, escrita pelo candidato especialmente para o concurso.

A prova pratica, para a qual haverá o prazo de cinco horas, será eliminatória, sendo considerados desclassificados os candidatos que obtiverem média inferior a cinco.

No requerimento, indicará o candidato todos os lugares em que houver exercido judicatura, advocacia e quaisquer funções publicas.

Secretaria do Tribunal de Apelação, em João Pessoa, 3 de abril de 1946.

O Secretário — Euripedes Tavares.

COPIA. — Edital. — O Dr. Luiz Gomes de Araujo, Juiz Eleitoral da 38.ª zona (Comarca de Brejo do Cruz), Estado da Paraíba, na forma da lei, etc.

Faz saber a todos os interessados, por meio deste edital publicado pelo prazo de 30 dias, que o artigo 27 e respectivo parágrafo único das "instruções expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral, para o alistamento reaberto pelo decreto-lei n.º 8.556, de 7 de janeiro do corrente ano e para a substituição dos títulos eleitorais, na forma do mesmo decreto-lei n.º 8.835, de 24 de janeiro de 1946 dispõe o seguinte: "Os títulos eleitorais expedidos para as eleições de dezembro de 1945 serão substituídos por títulos definitivos, modelo anexo, sob n.º 1, devendo o eleitor requerer a substituição nos termos do artigo 3.º destas instruções. Parágrafo único — o eleitores alistados até 2 de setembro de 1945, que não requererem e obtiverem a substituição de seus títulos pelos novos não poderão votar em quaisquer outras eleições de acordo com o que determina o artigo 2.º das referidas "instruções", faz transcrever neste edital o disposto do artigo 3.º e seus rágrafos, nas mesmas "instruções", que é do teor seguinte: — "Artigo 3.º — Instruir o alistamento o seu requerimento, cuja letra e assinatura deverão ser reconhecidas por tabelião, com prova de nacionalidade e de idade; b) prova de identidade; e c) duas fotografias do alistando de 2x3 centímetros, uma para ser oposta ao título eleitoral, e a outra destinada ao arquivo. 1.º — O re-

conhecimento por tabelião da letra e firma do alistando será gratuito e prefere a qualquer outro serviço, não podendo o tabelião recusar-se a fazê-lo, si abonados por duas testemunhas idoneas que as reconheçam, por escrito, ao pé do mesmo requerimento (Decreto-Lei n.º 8.556 de 7-1-1946, artigo 5) § 2.º — A critério do Juiz Eleitoral o testemunho de duas pessoas idoneas pode suprir o reconhecimento por tabelião da letra e firma do requerente (art. 3.º parágrafo único) § 3.º — A prova de idade e de nacionalidade será feita com: (a) certidão de nascimento ou casamento, extraída do registro civil ou certidão de batismo, quando se tratar de pessoa nascida anteriormente a 1.º de Janeiro de 1889, ou quando a idade, qualquer documento que, direta ou indiretamente, prove ter o requerente mais de 18 anos de idade; b) carteira militar de identidade; c) carteira de identidade expedida por gabinete oficial ou serviço competente de identificação no Distrito Federal, ou órgãos congêneres nos Estados e nos territórios; d) certificado de reserva de qualquer categoria do Exército, da Armada ou da Aeronáutica; e) carteira profissional expedida pelo serviço do Ministério, Indústria e Comércio; f) título eleitoral expedido na conformidade do Decreto n.º 21.076 de 24 de fevereiro de 1932, da Lei n.º 48, de 4 de maio de 1945 (Código Eleitoral). § 4.º — Se o requerente for brasileiro naturalizado ou se houver nascido no estrangeiro, tendo o registro do seu nascimento sido lançado no Consulado do Brasil no Exterior, — apresentará prova de sua naturalização, título declaratório da cidadania, ou certidão do registro de nascimento feito por consul brasileiro, e ainda neste ultimo caso a prova de ter sido observada a exigência da transcrição de tais assentos no País (Art. 42 e parágrafos do Decreto n.º 4.857, de 9 de novembro de 1939, alterado pelo decreto n.º 13.556 de 30 de Setembro de 1943) § 5.º — São vedadas justificações para suprir qualquer documento referido neste artigo e seus parágrafos. § 6.º — A prova de identidade será feita com a respectiva carteira expedida por gabinete oficial ou, em sua falta, com o atestado de duas pessoas idoneas, a critério do Juiz Eleitoral perante o qual for requerido o alistamento (citado decreto-lei n.º

8.556, de 7-1-1946, art. 3.º, § 2.º) § 7.º — Quando o requerente for funcionário público, a prova de nacionalidade e de idade poderá fazer-se mediante atestado do diretor da repartição em que servir". E para os efeitos de direito, em obediência ao que dispõe o citado artigo 28 das mencionadas "Instruções", manda publicar este edital, pelo prazo de 30 dias, que será afixado à porta do Cartório Eleitoral e publicado na "A União". Dado e passado nesta cidade de Brejo do Cruz, aos 22 dias de março de 1946. Eu, José Olímpio Maia Filho, escrivão eleitoral, o datilografei e subscrevi. (as.) Luiz Gomes de Araújo — Juiz Eleitoral. Conforme ao original; dou fé. Data supra. O escrivão eleitoral: — José Olímpio Maia Filho.

EDITAL — Acham-se para ser protestadas por falta de pagamento neste Cartório no edifício da Associação Comercial, as duplicatas sob nos. 5487. A e 2890- B, a primeira vencida em 30-XI-945, do valor de Cr\$ 760,20, sacada por M. Chartes, do Recife, contra BENJAMIM MOURA, desta praça, e a segunda vencida em 30-XI-945 liq. ou em 30-VIII-45 c/ 5%, do valor de Cr\$ 3.958,70, sacada por J. Araújo & Cia., de São Paulo, contra DOMINGOS SORRENTINO, também desta praça. E como os sacados não foram encontrados intimo-os por este meio, de acordo com a lei, a virem pagar as ditas duplicatas ou me dar as razões da recusa, ficando, na falta do pagamento, notificados do protesto solicitado respectivamente pelo Banco do Estado da Paraíba S/A e pelo Banco do Povo S/A. João Pessoa, 26 de abril de 1946. O Oficial do Protesto de Letras, Heraldo Monteiro.

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 30 DIAS — O Dr. José Porto Paiva, Suplente de Juiz em exercício na 1.ª Vara da Comarca desta Capital em virtude da lei, etc. — Faço saber a todos, quantos este Edital de Citação virem, ou dele notícia tiverem ou interessar possa que estando correndo perante mim, por este Juízo a Ação de Nulidade de Testamento requerida por Fhebe Holmes Santos e Antonio Batista dos Santos, e achando-se ausentes os reus Carlos Holmes, Ilka Holmes Burity, Dr. João Holmes, Walter Holmes, e Maria Holmes Borges, mandei que se

passasse o presente Edital, com prazo de 30 dias, pelo qual cito para em 48 horas, que correrão em Cartório do dia ultimo da referida citação, dizer sobre a petição dos requerentes e para todos os termos da mesma ação, sob as penas da lei. E para que conste, se passe o presente Edital, que será afixado no lugar de costume o publicado no Orgão Oficial do Estado. Dado e passado nesta Cidade de João Pessoa, em data de 24 de Abril de 1946. Eu, Damasio Franca, escrevente autorizado, o fiz datilografar, subscrevo e assino no impedimento ocasional do serventário efetivo. — José Porto Paiva — Juiz de Direito em exercício. — Está conforme com o original, dou fé. — O Escrevente: — DAMASIO FRANCA.

COPIA — COMARCA DE ANTENOR NAVARRO — EDITAL DE CITAÇÃO DE HERDEIROS AUSENTES COM O PRAZO DE 30 DIAS — O Dr. Francisco Vaz Carneiro, Juiz de direito, da Comarca de Antenor Navarro, Estado da Paraíba, em virtude da lei, etc. — Faço saber aos que o presente Edital virem ou dele notícia tiverem, interessar possa, que neste Juízo e cartório do escrivão que este subscreve, foi iniciado o inventário dos bens deixados por falecimento de FRANCISCO MARCELINO VIEIRA e sua mulher Ana Maria da Conceição, que forma residente no lugar "Cafundó" desta Comarca, tendo o inventariante Joaquim Marcelino de Lima, descrito em suas declarações acharem-se ausentes a herdeira Arlinda Ana da Conceição e seu marido Manoel Vicente, residentes no Estado de Maranhão, ordenei se passasse o presente edital com o teor do qual cito e hei por citados os referidos herdeiros, com o prazo de trinta dias, para em cinco (5) dias após a ultima citação dizerem sobre as declarações de bens e seus valores feitas pelo inventariante. Valendo a citação para final partilha sob pena de revelia. E para que chegue ao conhecimento dos interessados, mandei passar o presente edital, que será afixado no lugar de costume e publicado no Orgão Oficial do Estado, "A União". Dado e passado nesta cidade de Antenor Navarro, aos 20 de Maio de 1945. Eu, Pedro Muniz de Brito, Escrivão, datilografei e assino. (as) Francisco Vaz Carneiro, Juiz de direito. Conforme com o original. Dou fé. Eu, PEDRO MUNIZ

DE BRITO. — Escrivão datilografei e subscrevo.

CARTORIO DO 2º OFÍCIO DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE — EDITAL DE NOTIFICAÇÃO COM O PRAZO DE 30 DIAS — O Doutor Darci Medeiros, Juiz de Direito da 2.ª Vara da Comarca de Campina Grande, Estado da Paraíba, etc. — Faço saber aos que o presente edital de notificação com o prazo de 30 dias virem, ou dele notícia tiverem e interessar possa, que a este Juízo, por parte de JOSÉ LICARIÃO PINHO e MANOEL FERREIRA DA SILVA, foi apresentada a este Juízo, a petição do teor seguinte: — Exmº Sr. Juiz de Direito da Comarca de Campina Grande. José Licarião Pinho, brasileiro, casado, comerciante, residente nesta cidade e domiciliado à rua João Pessoa, nº 830, e Manoel Ferreira da Silva, brasileiro, casado, comerciante, residente nesta cidade, por seu advogado infra-assinado constituído nos termos da procuração anexa, vem expor e requerer a V. Excia, o seguinte: 1) — O primeiro suplicante comprou ao segundo o seu estabelecimento comercial (mercearia de secos e molhados, à rua João Pessoa, nº 830, nesta cidade), livre e desembaraçada de qualquer ônus e sem assumir responsabilidade por qualquer débito passado, presente ou futuro que possa ter o segundo suplicante. 2) — O segundo suplicante vendeu o seu estabelecimento comercial nas mesmas condições aludidas no item I e declarou não ter débito algum e se achar o seu negócio vendido ao primeiro suplicante livre e desembaraçado de qualquer dívida e para com quem quer que seja. Acontece, porém, que o primeiro suplicante quer prover a conservação de sua compra e ressaltar todos os seus direitos, e o segundo suplicante manifestar de modo formal e publico o negocio, ou seja, a venda feita ao primeiro, para ressaltar mesmo dos direitos deste. — E como haja nisso legítimos interesses de ambas as partes, e não haja nenhum credor do segundo suplicante, se por ventura houver, que seja conhecido do primeiro, José Licarião Pinho, requer-se a V. Excia., com fundamentos nos artigos 720 a 724 do Código do Processo Civil e Comercial, ressaltados os direitos de terceiros contra o segundo suplicante Manoel Ferreira da Silva, se digna da mandar expedir editais de citação consoante aos artigos 177 e se-

guintes do já referido Código, afim de que ninguém mais tarde alegue ignorância contra o primeiro suplicante, em relação à compra feita ao segundo. — Aliás, é o que ensina Carvalho dos Santos: "Algumas vezes, protesto é para o conhecimento do publico em geral, ou é desconhecida a parte a quem possa interessar, hipóteses em que deverá a notificação ser feita por editais, devendo ao caso aplicar-se as regras firmadas no Código para a citação por edital. (Código de Processo Civil interpretado, vol. VII, n.º 2º, pag. 267). Nestes termos, satisfeitas as formalidades legais, sejam esta e os documentos que a instruem devolvidos ao suplicante independentemente de traslado. Dá-se para os efeitos de alçada e fiscais o valor de Cr\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos cruzeiros). Espere-se Receber mercê. Campina Grande, 22 de Abril de 1946. (a) José de Souza Arruda. "DESPACHO". A. Como pede, dando-se ao edital o prazo de 30 dias. Campina Grande, 23 Abril 46. (a) Darci Medeiros. E para que chegue ao conhecimento de todos, mandou expedir este edital, que será afixado e publicado legalmente. Campina Grande, aos 24 de Abril de 1946. Eu, Eunice Guimarães dos Santos, Escrivã, datilografei e assino. — (a) A Escrivã: Eunice Guimarães dos Santos. — (a) Darci Medeiros — Juiz da 2.ª Vara. "Conforme: dou fé. Data supra. — A Escrivã: — EUNICE GUIMARAES DOS SANTOS.

N.º 11— Cópia — Edital de Citação. — Comarca do Brejo do Cruz. — Edital de citação com o prazo de sessenta dias. — doutor Luiz Gomes de Araújo, Juiz de Direito da Comarca do Brejo do Cruz, Estado da Paraíba, na forma da lei, etc.

Faço saber a todos quantos o presente edital de citação de devotor à Fazenda Nacional virem, ou dele notícia tiverem, que pelo Adjunto do Procurador da Fazenda Federal, que foi dirigida uma petição do teor seguinte: Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Comarca do Brejo do Cruz. Diz o Adjunto do Procurador da Fazenda Federal, infra assinado, com sede de serviços na cidade de Catolé do Rocha, que o Senhor Delmiro Vieira, agricultor, brasileiro, residente em Brejo do Cruz, cidade e Comarca de igual nome, deve a quantia de sessenta e quatro cruzeiros e oitenta centavos (Cr\$ 64,80)

proveniente do imposto de renda, referente ao exercício de 1939, e multa respectiva aplicada nos termos do art. 77.º do Dec. Lei n.º 5.844, de 23 de Setembro de 1943, conforme tudo consta do processo n.º 7775/44, como se vê da Certidão junta; e por isso requer a V. Excia. se digne mandar passar mandado de citação para que seja citado o suplicado e na sua falta seus herdeiros e responsáveis, afim de pagar incontinenti dita quantia e custas, e, não fazendo, proceder-se a penhora em bens, quantos bastem para o respectivo pagamento e das custas que acrescerem, ficando ele logo citado para os termos ulteriores da execução até final e efetivo pagamento de seu débito, sob pena de revelia, citando-se igualmente sua mulher, caso a penhora recaia em bens imóveis. Nestes termos pede deferimento. Catolé do Rocha, 22 de Janeiro de 1946. (a.) Lourival Cavalcanti de Oliveira, Promotor Público. Na qual proferi o seguinte despacho: D. e A. á conclusão. 28-1-46. (a.) Gomes Araujo. Vindo-me os autos conclusos, dei as fls. 4, o seguinte despacho: Expeça-se o competente mandado executivo. 30-1-46. (a.) Gomes Araujo. Cumpridas as diligências necessárias, o Oficial de Justiça encarregado da diligência, portou por fé achar-se ausente em lugar ignorado o executado Delmiro Vieira. Vindo-me pela segunda vez os autos conclusos, dei as fls. 6, o seguinte despacho: Publique-se edital com o prazo de 60 dias, citando o executado na forma da lei, sobre o conteúdo da inicial de fls. 5-4-46. (a.) Gomes Araujo. Pelo que chamo e cito por meio deste para que compareça a este Juízo, no prazo de sessenta dias (60) dias a contar da publicação deste edital, afim de pagar a referida quantia e custas do processo e não o fazendo acompanhar todos os termos da ação até final sentença e sua execução sob pena de revelia. E para constar mandei passar o presente que será junto aos autos da ação e remetido cópia à Imprensa Oficial do Estado para os devidos fins. Dado e passado nesta cidade de Brejo do Cruz, aos seis dias do mês de Abril de mil novecentos e quarenta e seis (1946). Eu, João Antonio Vieira, escrivão o escrevi. (a.) Luiz Gomes de Araujo. Está conforme com o original do que me reporto dou

fé e assino. João Antonio Vieira, escrivão do Segundo Oficial. Em tempo fiz a entrelinha na palavra "da ação". J.N. Vieira.

N.º 12 — Cópia — Edital de Citação. — Comarca de Brejo do Cruz. — Edital de citação com o prazo de sessenta (60) dias. — O doutor Luiz Gomes de Araujo, Juiz de Direito da Comarca de Brejo do Cruz, Estado da Paraíba, na forma da lei, etc.

Faço saber a todos quantos o presente edital de citação de devedor à Fazenda Nacional virem, ou dele notícia tiverem que pelo Adjunto de Procurador da Fazenda Federal, me foi dirigida uma petição do teor seguinte: Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Comarca de Brejo do Cruz. Diz o Adjunto do Procurador da Fazenda Federal, infra-assinado, com sede de serviços na cidade e comarca de Catolé do Rocha, que o Senhor José Fernandes Filho, residente em Brejo do Cruz, cidade e município de igual nome deste Estado, deve a quantia de cento e setenta e oito cruzeiros e quarenta centavos (Cr\$ 178,40) proveniente do imposto de renda, referente ao exercício de 1939 e multa respectiva, aplicada nos termos do art. 77.º do Dec. Lei n.º 5.844, de 23 de Setembro de 1943, conforme tudo consta do Processo n.º 7775/44, como se vê da certidão junta, e por isso requer a V. Excia. se digne mandar passar mandado de citação para que seja citado o suplicado, e na sua falta seus herdeiros e responsáveis, afim de pagar incontinenti dita quantia e custas, e, não fazendo, proceder-se a penhora em bens, quantos bastem para o respectivo pagamento e das custas que acrescerem, ficando ele logo citado para os termos ulteriores da execução até final e efetivo pagamento de seu débito, sob pena de revelia, citando-se igualmente sua mulher, caso a penhora recaia em bens imóveis. Nestes termos, pede deferimento. Catolé do Rocha, 22 de Janeiro de 1946. (a.) Lourival Cavalcanti de Oliveira, Promotor Público. Na qual proferi o seguinte despacho: D. e A. á conclusão. 28-1-46. (a.) Gomes Araujo. Vindo-me os autos conclusos, dei as fls. 4, o seguinte despacho: Expeça-se o competente mandado executivo para que o réu pague incontinenti a importância devida e não o fa-

zendo, proceda a penhora na forma da lei. 30-1-46. (a.) Gomes Araujo. Cumpridas as diligências necessárias, o Oficial de Justiça, encarregado da diligência, portou por fé achar-se ausente em lugar ignorado o executado José Fernandes Filho. Vindo-me pela segunda vez os autos conclusos, dei as fls. 6, o seguinte despacho: Cite-se o executado por edital com o prazo de sessenta (60) dias. 5-4-46. (a.) Gomes Araujo. Pelo que chamo e cito por meio deste para que compareça a este Juízo, no prazo de sessenta (60) dias a contar da publicação deste edital, afim de pagar a referida quantia e custas do Processo e não o fazendo acompanhar todos os termos da ação até final sentença e sua execução sob pena de revelia. E para que constar mandei passar o presente que será junto aos autos da ação e remetido cópia à Imprensa Oficial do Estado para os devidos fins. Dado e passado nesta cidade de Brejo do Cruz, aos seis dias do mês de Abril de (1946) mil novecentos e quarenta e seis (1946). Eu, João Antonio Vieira, escrivão o escrevi. (a.) Luiz Gomes de Araujo. Está conforme com o original do que me reporto dou fé e assino. João Antonio Vieira, escrivão do 2.º Oficial.

N.º 13. — Cópia. — Edital de Citação. — Comarca de Brejo do Cruz. — Edital de citação com o prazo de sessenta (60) dias. — O doutor Luiz Gomes de Araujo, Juiz de Direito da Comarca de Brejo do Cruz, Estado da Paraíba, na forma da lei, etc.

Faço saber a todos quantos o presente edital de citação de devedor à Fazenda Nacional virem, ou dele notícia tiverem que pelo Adjunto do Procurador da Fazenda Federal, me foi dirigida uma petição do teor seguinte: Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Comarca de Brejo do Cruz. Diz o Adjunto do Procurador da Fazenda Federal, infra-assinado com sede de serviços na cidade e comarca de Catolé do Rocha, que o Senhor Francisco Tavares Sobrinho, brasileiro, agricultor, residente em Bom Jesus, do município e comarca de Brejo do Cruz, deve a quantia de cinquenta e oito cruzeiros e quarenta centavos (Cr\$ 58,40) proveniente do imposto de renda, referente ao exercício de 1940 e multa respectiva aplicada nos termos do artigo 77.º do Dec. Lei n.º 5.844, de 23 de Setembro de 1943, conforme tudo consta do Processo n.º 7775/44, como se vê da Certidão junta; e por isso requer a V. Excia. se digne mandar passar mandado de citação para que seja citado o suplicado, e na sua falta seus herdeiros e responsáveis, afim de pagar incontinenti dita quantia e custas, e, não fazendo, proceder-se a penhora em bens, quantos bastem para o respectivo pagamento e das custas que acrescerem, ficando ele logo citado para os termos ulteriores da execução até final e efetivo pagamento de seu débito sob pena de revelia, citando-se igualmente sua mulher, caso a penhora recaia em bens imóveis. Nestes termos, pede deferimento. Catolé do Rocha, 22 de Janeiro de 1946. (a.) Lourival Cavalcanti de Oliveira, Promotor Público. Na qual proferi o seguinte despacho: D. e A. á conclusão. 28-1-46. (a.) Gomes Araujo. Vindo-me os autos conclusos, dei as fls. 4, o seguinte despacho: Expeça-se o competente mandado executivo para que o réu pague incontinenti a importância devida e não o fa-

Edital de citação de herdeiros, com o prazo de 30 dias. O Dr. José Porto Paiva, Substituto de Juiz de Direito ora no exercício da 1.ª Vara da Comarca desta Capital, em virtude da Lei, etc.

Faço saber aos que o presente edital de citação de herdeiros com o prazo de 30 dias virem ou dele notícia tiverem e interessar possa, que, por parte do facultativo sr. Miranda Freire, por seu advogado dr. Severino Alves Ayres, foram dirigidas a este Juízo as petições do teor seguinte: Exmo. Sr. Dr. Juiz do Direito da 1.ª Vara. Diz dr. Miranda Freire, brasileiro, casado, médico e residente nesta Capital por seu procurador e advogado abaixo assinado e constituído na procuração apensa, que prestou serviços a D. Amália Estrela Mota, de dezembro de 1939 a maio de 1944, quando ela faleceu à Praça 1817, onde residia. Cumprindo o testamento da falecida e processando-se o inventário dos bens, o suplicante exalou a sua conta e requereu separação de dinheiro para o respectivo pagamento. Mas um legatário impugnou a mesma conta e, assim, o suplicante foi mandado para as vias ordinárias, tendo o m. m. juiz, almeja o requerimento do suplicante, feito reservar um poder do inventariante numerário suficiente para solução da dívida. Pelo que, à vis a do § único do art. 497 do Crd. de Processo Civil, vem o suplicante propor a devida ação de cobrança; e, pois, requer a V. excia. a citação do inventariante dos dos bens com que d. Amália Estrela Mota faleceu, por mandado ou outra via legal, para, no prazo legal, contestar a ação e para os seus demais termos e a final, pena de revelia. Os serviços prestados à extinta são especificados no relatório anexo e por este se vê que valiam importância superior a Cr\$ 10.000,00, (dez mil cruzeiros), que é a que o suplicante cobra. Assim, D. esta por dependência no Juízo da 1.ª Vara, o do processo do inventário, e ao escrivão Heraldo Monteiro, por cujo cartório ainda corre o dito inventário, e A. com o conhecimento do imposto profissional do suplicante, duas certidões e a procuração de início referida, dando-se à causa, para os efeitos de direito, o valor de Cr\$ 10.000,00, requer-se a condenação do suplicante à base de 20% sobre o valor da causa e prova testemunhal, arbitramento e o mais que necessário for a bem do pedido. E. D. Mde. João Pessoa, 5 de Maio de 1946. Severino Alves Ayres, Proc. e adv. — D. e A. Como requer, João Pessoa, 7 de 5 de 46. Julio Rique. — Exmo. sr. Dr. Juiz de Direito da 1.ª Vara. Diz dr. Miranda Freire, na ação de cobrança de honorários que neste Juízo move contra o espólio de dona Amália Estrela Mota, que duas precatorias de citação a legatários residentes no Distrito Federal já foram expedidas, mas uma só ainda não foi cumprida, por isso mesmo que até agora não teve devolução a este Juízo deprecante. E' que na Capital da Republica não se sabe o endereço dos citados e aqui o proprio inventariante e testamenteiro dos bens com que faleceu dona Amália Estrela Mota diz ignorar a residência na metrópole federal de Wan-

derley Santiago, Leonel Estrêla de Oliveira, Edson Pessoa de Oliveira e dona Ana Pessoa de Oliveira, que são os legatários que faltam ser citados para a ação do suplicante prosseguir. Assim, para evitar que nas custas e em honorários do a lide se esmerne ou prescreva a sua ação, vem requerer a V. exc. que se sirva de ordenar que ditos interessados sejam citados por edital, publicado no "Diário Oficial", deste Estado e no "Diário de Justiça", do Rio, sendo que da publicação de edital no ultimo "Diário", o suplicante se encaregará, juntado, posteriormente, o respectivo com provante aos autos. No edital solicitado devem ser transcritas a inicial e a presente, obedecendo-se no mais a lei. Nestes termos, j. esta. — cartório do escrivão Heraldo Monteiro, — P. deferimento. João Pessoa, 7 de Março de 1946. Severino Alves Ayres, Proc. e adv. N. A. A conclusão. J. P. 7-3-46. — Julio Rique. — Em virtude do que, ficam citados os mencionados herdeiros para, no prazo de 30 dias, que correrá em cartório, comparecer a este Juízo a fim de acompanhar em todos os seus termos a aludida ação ordinária de cobrança de honorários movida contra o dito espólio de Amália Estrela da Mota. E para que chegue ao conhecimento de todos mandei passar este edital que será afixado no lugar, ao costume e publicado pela imprensa desta cidade e do Distrito Federal. Dado e passado nesta cidade de João Pessoa, aos quatorze dias do mês de março do ano de mil novecentos e quarenta e seis. Eu, Heraldo Monteiro, escrivão o fiz datilografar e o subscrevo. Heraldo Monteiro — José Porto Paiva.

EDITAL DE CITAÇÃO:

Pelo presente edital fica citado o empregador Manuel Araújo da Silva inscrito sob n.º 13-001-281, cujo ultimo domicilio era a rua Irineu Pinto, s/n, nesta Capital, para ciência da decisão do Conselho Fiscal deste Instituto no processo n.º A-27 406, pela qual foi condenado ao pagamento da multa de Cr\$ 100,00, por infração ao art. 1.º do Decreto-lei 65, de 14/12/37, e ao recolhimento das contribuições devidas a este Instituto, na importância de Cr\$ 204,70, acrescidas da multa moratória de 1% ao mês e, bem assim, de que não se conformar com a decisão, poderá, dentro do prazo de (10) dez dias, recorrer para a instância superior, depositando previamente o valor do débito.

Findo o prazo para recurso, sem o pagamento ou depósito do débito, terá (10) dez dias, para liquidá-lo sob pena de imediata cobrança judicial, na forma da lei.

João Pessoa, 8-4-46.

Arlovaldo H. dos Santos. — Delegado.

EDITAL — O cidadão Antonio Assis Costa, 1.º Suplente de Juiz de Direito em exercício, em virtude da lei, etc.

Noticias de arrecadação de bens e citação de interessados —

Faço saber aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que tendo sido feita por este Juízo e cartório do escrivão que este subscreve a arrecadação dos bens pertencentes aos ausentes João Antonio da Silva, Joaquim Antonio da Silva e João Batista da Silva, os quais são: Seis partes de terra no sítio Genipapo, Jataí demarcada do Cipó, desta comarca, sendo uma para cada um, do valor de cento e trinta e seis cruzeiros e quarenta e dois centavos com partes no cercado de baixio e no cercado de carasco e uma de vinte e cinco cruzeiros com vinte cruzeiros no quadro, para cada um com parte na casa de taipa com frente de tijolo e no cercado do baixio, todas enravadas nas terras de sessenta e cinco braças de frente com mil oitocenas de comprimento, devidas por herança de Antonio Manuel da Silva e Maria da Conceição de Jesus, pais dos ausentes, conforme certidões de partilha registradas sob numero 3833, 3834, 3835, 3836, 3837 e 3838, em comum com os demais herdeiros e sem benfeitorias. Pelo presente e nos termos do art. 581 do Código do Processo Civil e Comercial Brasileiro, chamo e cito aos referidos ausentes para entrarem na posse dos bens arrecadados. E para que chegue ao conhecimento de quem interessar possa e dos aludidos ausentes mandei expedir o presente, que será afixado no lugar do costume e publicado pelo Diário Oficial do Estado, durante o prazo de um ano, reproduzido de dois em dois meses. Dado e passado, nesta cidade de Cajazeiras, aos vinte dias do mês de abril de mil novecentos e quarenta e cinco. Eu, Antonio Rodrigues Holanda, escrivão o escrevi. as.) Antonio Assis Costa, 1.º Suplente de Juiz de Direito em exercício. Está conforme com o original: dou fé. Data supra. O escrivão — Antonio Rodrigues Holanda.

EDITAL DE CITAÇÃO DE HERDEIROS AUSENTES COM O PRAZO DE TRINTA (30) DIAS. — Cartório do 2.º Ofício da Comarca de Campina Grande, em 17 de Abril de 1946. — O Dr. Darci Medeiros, Juiz de Direito da 2.ª Vara, da Comarca de Campina Grande, em virtude da lei, etc.

Faço saber a todos este edital de citação de herdeiro ausente com o prazo de trinta (30) dias, virem dele notícia tiverem e interessar possa que tendo se iniciado neste Juízo, o arrolamento dos bens deixados por falecimento de JOÃO TARGINO MORENO, residente que foi no lugar "Campirotas" do

distrito de Ipauarana, deste Município, e tendo o inventariante, José Targino Moreno, declarado achar-se ausente o herdeiro Antonio Targino Moreno, casado, residente em "Alagoa Nova" deste Estado, ordenou-se passasse o presente edital com o prazo de trinta (30) dias, pelo qual cite o referido herdeiro, para comparecer em cartório da escrivã que este subscreve sito à Praça da Figueira, 105, nesta cidade, cinco (5) dias, após a extinção, do prazo acima afim de dizer sobre as declarações e bens dados no inventário até final sob pena de revelia. E para que chegue ao conhecimento mandei passar o presente edital que será afixado no local ao costume, e publicado no órgão oficial do Estado, na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Campina Grande, aos 17 dias do mês de Abril de 1946. Eu, Alice de Medeiros Oliveira, escrevente o datilografar e assino. A Escrevente. Alice de Medeiros Oliveira. (a.) Darci Medeiros. Está conforme com o original, dou fé. A Escrevente: — Alice de Medeiros Oliveira.

MINISTERIO DO TRABALHO INDUSTRIA E COMERCIO — JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO — EDITAL DE PRIMEIRA PRAÇA — Com prazo de 20 dias, para venda e arrematação de bem penhorado na execução movida por Vicente Rodrigues de Carvalho contra Artefatos de Ferro Santo Antonio, domiciliado na Rua Desembargador Trindade 167, na forma abaixo:

O Doutor Clovis Lima, Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa:

Faz saber a todos quantos o presente Edital virem, ou dele tiverem conhecimento, que, no dia 14 de maio de 1946, às 13 horas na sede desta Junta, na rua das Trincheiras n. 42, será levado a público pregão de venda e arrematação a quem mais der, acima da avaliação, o bem penhorado na execução movida por Vicente Rodrigues de Carvalho contra Artefato de Ferro Santo Antonio, encontrado na rua Desembargador Trindade 167 que é o seguinte: Um motor HP-1, numero 3383 em perfeito estado. A avaliação importa em Cr\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos cruzeiros). Quem pretender arrematar dito bem, deverá comparecer no dia, hora e local supra mencionados, ficando ciente de que o arrematante deverá garantir o lance com o

sinhal correspondente a 20% (vinte por cento) do seu valor. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, é passado o presente Edital, que será publicado pela Imprensa e afixado, no lugar de costume, na sede desta Junta.

João Pessoa, 23 de abril de 1946. Eu, Refenano Logresio F. da Silva datilógrafo classe "E", datilografei. E eu, Lenira B. Cavalcanti — Secretário, subscrevi.

EDITAL — O Dr. Manuel Maia de Vasconcelos, Juiz de Direito da 2.ª vara da Comarca da Capital, por virtude da lei, etc.

Faço saber a todos que o presente edital virem e dele notícia tiver que por parte de NICOLA COSENTINO, italiano, casado, comerciante, residente e domiciliado na cidade de Recife, Capital do Estado de Pernambuco, me foi dirigida a petição do teor seguinte: "Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Comarca da Capital. — Diz NICOLA COSENTINO, italiano, casado, comerciante, residente e domiciliado na cidade de Recife, onde é estabelecido com escritório de representações, comissões, conta-própria e transportes, por seu procurador e advogado, infra-assinado, legalmente constituído pelo mandato procuratório em anexo, que, como lhe faculta o art. 720 do Código de Processo Civil e Comercial, quer interpor protesto judicial contra a firma ABILLO DANTAS & CIA., estabelecida nesta cidade, Praça Antenor Navarro n.º 53, como compradora e exportadora de algodão, pelos motivos que passa a aduzir. Em data de 5 de Fevereiro corrente, foi o suplicante surpreendido com a intimação judicial, feita pelo Juiz de Direito da 3.ª vara da Comarca da Capital, de uma interpelação requerida pela firma Abillo Dantas & Cia., com assento no art. 724 do Código de Processo Civil e Comercial. A intempestiva interpelação feita pela mencionada firma Abillo Dantas & Cia., por ser infundada e injurídica, continha afirmações inverídicas, referentes à entrega de mercadorias, que teriam sido confiadas ao suplicante, em contrato de transporte. Para isso, arguia a suplicada, que, em data de 24 de Dezembro, do ano p/indo, contratara, na cidade de Campina Grande, com o suplicante, o transporte de sessenta e sete (67) sacas de algodão em pluma, sertão, pesando 5.200 quilos, no valor de vinte e dois mil e quinhentos e cinquenta e oito cruzeiros e noventa centavos (Cr\$ 22.858,90), com destino à cidade de João Pessoa. Para isso, fora a referida mercadoria carregada no Caminhão, placa 68.41, PE, de propriedade do suplicante, conforme nota de venda sob n.º 143, extraída na mesma data, a guia respectiva, mercadoria esta que não lhe foi entregue até a data da interpelação, apesar da obrigação contratual do trans-

portador, que se obrigara a fazer a sua entrega, mediante contrato e recebimento do frete correspondente. A interpelação, entretanto, não tem razão de ser, uma vez que não houve nenhum contrato de transporte de mercadorias entre o suplicante e a suplicada. O fato que deu lugar à interpelação não resultou de nenhum contrato de transporte, realizado entre o suplicante e a suplicada, e teve características completamente diferentes. Com efeito, em data de 24 de Dezembro do ano p/indo, encontrava-se na cidade de Campina Grande, o Caminhão n.º 68.41 PE, que tinha ido fazer entrega de mercadorias que, para ali, destinavam-se. Acontecendo que o mesmo se achava a "escoteiro", uma vez que tinha de retornar à cidade de João Pessoa, sem qualquer carregamento, a suplicada, por intermédio dos seus representantes legais, mandou que o Caminhão estacionasse em frente ao seu estabelecimento, para ser carregado de uma carga, constante de 67 sacas de algodão em pluma, sertão, pesando 5.200 quilos. Logo após ao carregamento, e quando o Caminhão placa 68.41 PE manobrava para sair, sucedeu que a carga que nele se achava, atingindo aos fios da iluminação pública da cidade, dando lugar a um curto-circuito, do qual resultara o seu incêndio. Imediatamente após ao sucedido, encarregados da firma Abillo Dantas & Cia., com pessoas ali presentes, e praças do Exército e da Força Policial, levaram a efeito a extinção do incêndio, o que realmente se verificou. Após isso, foi a mercadoria salva do fogo, entregue à suplicada, bem como a que fora tomada de alguns populares que a conduzia, tudo num total superior a 25 fardos. Realmente, o fato ocorrido com os volumes da firma suplicada e que iam ser transportados para esta capital no Caminhão placa 68.41 PE, se passou da forma mencionada. Não houve para essa colocação de mercadorias, nenhum contrato com o suplicante ou mesmo qualquer entendimento. A firma suplicada agiu abusivamente, fazendo colocar, no referido Auto-Caminhão, a carga já mencionada, por sua arbitrariedade e vontade discricionária, vontade e conta. Nenhuma responsabilidade tem o suplicante pelo incêndio da carga, que a suplicada fizera carregar, por sua vontade discricionária desde que não autorizou este carregamento, e nem o contratou. Para que houvesse responsabilidade pelos riscos da mercadoria em trânsito, fazia-se necessário o contrato de transporte, que nunca teve existência entre o suplicante e a suplicada. Para que se firmasse a responsabilidade legal do suplicante, pela mercadoria que lhe era confiada, a transporte, fazia-se preciso o contrato de transporte, ou pelo menos, o consentimento do carregamento da carga. Mas, precisamente não ocorreu qualquer dessa hipóteses, para que pudesse ser o suplicante inter-

pelado, judicialmente, afim de responder por qualquer prejuízo sofrido pela suplicada. Esta, se prejuízo houve, deve-o exclusivamente à sua ação intempestiva e ilegal, de querer se impor nos negócios alheios, sem permissão, ou contrato. Ademais, mistificando, alega a suplicada, na sua exdruzula interpelação, que a mercadoria a ser transportada até hoje não lhe fora entregue, quando ela jamais saiu do seu poder, para ser confiada em transporte, ao suplicante. Tanto mais quanto, a parte salva do incêndio ficou em seu poder. Ainda mesmo que, por estranha e absurda hipótese, fosse admitido o contrato de transporte da mercadoria, ainda assim, não responderia, pelos danos sofridos, o suplicante, porque o incêndio resultara de um caso fortuito, ou de força maior. Mas, o que se verifica, é que a suplicada, não querendo arcar com os prejuízos a que deu causa, pela sua imprevidência e por seu abusivo ato de interferir nos negócios alheios, procura vantagens ilícitas, contra o suplicante, e que não tem apoio legal. Para isso, está ela cometendo abuso de direito, o que implica em responsabilidade civil por perda, e danos, a que oportunamente terá de responder, no Foro civil competente. Isto posto, fica a suplicada ciente de que, se, por qualquer forma, ou meio, direta ou indiretamente, persistir ou continuar no intuito de perturbar o comércio honesto do suplicante, o que terpelção judicial feita, será responsabilizado civil e criminalmente, na forma das leis em vigor. Nestas condições, requer o suplicante, a citação da suplicada, Abillo Dantas & Cia., na pessoa de seu representante legal, e bem como seja feita publicação de editais do presente protesto, para amplo conhecimento de todos os interessados. Distribuída e autuada a presente, com uma procuração e dando-se-lhe o manifestamente ocorre na invalor de dois mil cruzeiros (Cr\$ 2.000,00), para os efeitos legais, e depois de feitas a citação e publicação requeridas sejam-lhe os autos entregues, independentemente de traslado, na forma da lei. P. deferimento. João Pessoa, em 12 de Fevereiro de 1946. Renato Teixeira Bastos. (Devidamente selada). Na qual proferi o despacho deste teor: — "Recebi hoje. Assim na forma da lei. J. Pessoa, 13 de Fevereiro de 1946. (a) Manuel Maia (Selado com Cr\$ 600 de estampilhas estaduais, correspondente a taxa judiciária). E para que chegue ao conhecimento de todos interessados, mandei expedir o presente edital, que será afixado no lugar de costume e publicado no "Diário Oficial do Estado. Dado e passado nesta cidade de João Pessoa, aos 15 de fevereiro de 1946. Eu, Milton Teixeira Vasconcelos, escrevente autorizado do datilografeiro, Manuel Maia de Vasconcelos.

EDITAL — As Instituições de Previdência Social, pelos seus dirigentes, nesta Capital, abaixo assinados, tendo em vista a conveniência do serviço e as precárias condições de energia elétrica e transportes, que ora se verificam e para cuja economia devem todos colaborar, resolveram adotar, a partir de 22 do corrente, segunda-feira próxima, o seguinte horário para seu expediente:

Segundas às sextas-feiras — 7 às 13 horas.
Sábados — 9 às 12 horas.
João Pessoa, 15 de Abril de 1946.

Antônio Ferreira de Melo — Delegado I. A. P. C.
Ariowaldo Henriques dos Santos — Delegado I. A. P. I.
Genebaldo Avelar — Presidente da CAP dos Serviços Públicos na Paraíba.

João Alves da Silva — Delegado do IAPETC.
Edgard Cavalcanti de Albuquerque — Gerente do I. P. A. S. E.

Virgílio Cordeiro de Melo — Presidente do Montepio do Estado.

ANUNCIOS DIVERSOS

AVISO A PRAÇA

Tendo-se extraviado o original do conhecimento marítimo n.º 107, emitido pela Agência de Santos para o vapor Macceio v/2, entrado em Cabedelo no dia 7 de março do corrente ano, referente a 5 (cinco) caixas de óleo de linhaça, de marca JS 196-200, embarcadas pela Cia. Amorim de Despachos e consignadas A ORDEM, vimos com presente aviso dar ciência que faremos a entrega dos cita-

dos volumes, se não houver quem possa apresentar reclamação contra esse ato, à firma José de Santana, estabelecida nesta cidade de acordo com os Decretos n.ºs 19-473 de 10 de outubro de 1933 e 19-754 de 10 de janeiro de 1931, do Governo Federal.
João Pessoa, 21 de Abril de 1946.

P.p. Sociedade Importadora e Exp. Ltda. Agente.
FRANCISCO PORTO.

COOPERATIVA CENTRAL DE CREDITO DA PARAIBA, LTDA.

João Pessoa Paraíba

BALANCETE EM 31 DE MARÇO DE 1946

A T I V O

Titulos Descontados	6.038.215,60	
C Correntes Garantidas	857.942,90	
Cooperativas — Nossa Conta ..	1.605.116,10	8.501.274,60
Empréstimos do Fomento	18.928,00	
C Correntes sem Juros	7.234,70	
Estado da Paraíba — C Especial ..	43.147,20	
Letras a Receber	19.882,00	
Imoveis	138.935,40	
Móveis e Utensílios	48.892,30	
Efeitos em Cobrança	59.496,70	
Ordens de Pagamento	4.625,50	
Valores em Garantia	1.379.596,80	
Valores em Liquidação	225.296,70	
Valores Depositados	824.100,00	
Titulos de Renda	103.235,30	

CAIXA:

Em moeda no cofre	279.088,60	
No Banco do Brasil e em outros Bancos da praça	592.705,00	871.793,60
Diversas Contas	109.667,00	
		Cr\$ 12.356.125,80

P A S S I V O

Capital	2.411.360,50	
Fundo de Reserva	454.895,40	
Lucros Suspensos	151.216,40	

DEPÓSITOS:

C Correntes com Juros	921.731,10	
Depósitos Populares	2.115.728,70	
Depósitos de Aviso Prévio	10.452,50	
Depósitos a Prazo Fixo	937.425,20	
Depósitos Especiais	1.330,00	
C Correntes Garantidas	593.211,40	4.579.878,90
Estado da Paraíba — C Fomento ..	75.472,00	
Estado da Paraíba — C Garantia ..	70.000,00	
Cooperativas — Sua Conta	45.783,20	
Cobranças de Conta Alheia	59.496,70	
Garantias Diversas	1.379.596,80	
Juros do Capital	76.232,00	
Retorno a Associados	80.655,60	
Titulos Redescatados	1.985.499,80	
Titulos Cauccionados e em Depósito ..	824.100,00	
Diversas Contas	161.938,50	
		Cr\$ 12.356.125,80

João Pessoa, 31 de março de 1946.

José da Silva Mousinho — Diretor Gerente.
M. do Carmo Marója Santos — Pelo Contador.

COPIA AUTENTICA da Ata da Assembléia Geral

Extraordinária, que autoriza a Diretoria a contrair um empréstimo para aquisição de maquinaria

Aos (25) vinte e cinco dias do mês de abril de mil novecentos e quarenta e seis (1946) reunidos às 16 horas na sede social em Cabo Branco, município desta Capital, acionistas, que representavam mais de dois terços da capital, teve ele com direito de voto como tudo se verificou de suas assinaturas nas folhas nº 5 pagina 6 do li-

vro de "Presença dos Acionistas" com as declarações exigidas na lei, foi indicado para presidir a assembléia o acionista dr. Virgílio Cordeiro de Melo, que para secretário convidou o acionista Edson Ribeiro Coutinho. O presidente, declarando instalada a assembléia geral extraordinária, por haver numero legal, ordenou, o que fiz,

como secretário, a leitura do anuncio de convocação, publicado no Diario Oficial do Estado, "A União", nos dias 18, 21 e 23 do corrente mês de abril, anuncio que é deste teor: — "Cia. de Produto Minerais Cabo Branco. Assembléia Geral Extraordinária. Ficam convidados os srs. Acionistas desta Cia. para na forma da lei, a comparecerem á Assembléia Geral Extraordinária a realizar-se no dia 25 do corrente, ás 16 horas, na sede social, em Cabo Branco, município de João Pessoa, a-fim-de conferir poderes á Diretoria na forma Estatutária, contrair aluigações reais em nome da Cia., podendo gravar os imoveis de sua propriedade. João Pessoa, 17 de Abril de 1946. A Diretoria. Em seguida, procedi á leitura da seguinte exposição da Diretoria: "Senhores Acionistas. A necessidade de se aparelhar a nossa fabrica com maquinismos modernos já se faz sentir ha bastante tempo. A concorrência torna-se cada vez mais dura e os nossos produtos já não alcançam a aceitação, por carecerem de melhores acabamentos e só poderemos competir, si tivermos maquinarias modernas e tecnicos habilitados no assunto. Ao envez de nova proposta de aumento de capital social, a Diretoria entende preferivel o lançamento de um empréstimo hipotecário ao Banco do Brasil, na importância de Cr\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros), dando como garantia real todos os "bens e imoveis" pertencentes á Cia. O prazo e as amotisações do empréstimo serão estipulados de acordo com o referido Banco. João Pessoa, 16 de abril de 1946. (ass.) Otavio Ribeiro Coutinho — Diretor — Presidente. — Genebaldo Avellar — Diretor — Secretário e Vicente Fenaro — Diretor — Comercial. "Finda a leitura, o presidente submeteu a discussão a proposta do empréstimo feita pela Diretoria. Com a palavra o acionista Marcos Ferraro, disse que a proposta que a Assembléia acabava de tomar conhecimento, era merecedora de inteiro apoio dos presentes, porque a aquisição de maquinaria moderna para o Cabo Branco, vinha criar nova era de prosperidade para a Cia, ao mesmo tempo que engrandecia o parque industrial da Cidade. Assim, propunha se dessem aos senhores Diretores plenos e gerais poderes para em nome da Cia, concluirem com o Banco do Brasil S.A, a proposta de

empréstimo de um milhão e quinhentos mil cruzeiros (Cr\$ 1.500.000,00) combinando e aceitando com o mesmo emprestador sobre fins, prazo e condições de pagamento, além de poderes especiais para, em nome da Cia., assinarem a escritura de garantia hipotecária gravando os seus bens imoveis denominados Cabo Branco e Timbó e respectivas benfeitorias, bem como a maquinaria já adquirida e a adquirir, aceitando por outro lado, que qualquer dos seus diretores intervenha como garantidor subsidiário. Submetido a votos, foi a proposta do acionista Marcos Ferraro unanimemente aprovada e aceita entre aplausos gerais. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a folha de presença suspensa a sessão para se lavrar esta ata, por mim secretario, no livro proprio, e, reaberta, foi a mesma ata lida e aprovada e vai assinada por todos os acionistas presentes. — Cabo Branco (João Pessoa) 25 de abril de 1946 — Edson Ribeiro Coutinho — Otavio Ribeiro Coutinho — Virgilio Cordeiro de Melo — Vicente Ferraro — Antonio Lira — Genebaldo Avellar — Marcos Ferraro de Carvalho — Conjeta Ferraro de Carvalho — Deolinda de Carvalho, pelos seus filhos menores.

Confere com o original —
EDSON RIBEIRO COUTINHO.

AVISO A PRAÇA

Tendo-se extraviado o Original do conhecimento marítimo nº 180, emitindo pela Agencia de Santos para o vapor "Maceió" v.2, entrado em Cabedelo no dia 7 de Março do corrente ano, referent- a 1 barrica e 5 caixas, contendo tinta em pó e pó para sapatos, respectivamente, de marca A.P.S. nº 21419, embarcados pela Cia. Amorim de Despachos e consignados A ORDEM, vimos com o presente aviso dar ciencia que faremos a entrega dos citados volumes, se não houver quem possa apresentar reclamação contra esse ato, á firma A. P. dos Santos, estabelecida n/Cidade, de acôrdo com os Decretos nºs 19.473, de 10 de Outubro de 1933 e 19.754 de 10 de Janeiro de 1931, do Governo Federal.

João Pessoa, 21 de Abril de 1946

P. p. Sociedade Importadora e Exp. Ltda. Agente —
FRANCISCO PORTO.

OBRAS IMPRESSAS PELA IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO E EXPOSTAS À VENDA NA PORTARIA DESTE JORNAL

Organização Judiciária do Estado	Regimento interno do Tribunal		
— (Decreto-Lei n.º 39, de	de Apelação Cr\$	2,00	2,00
10-4-1940 Cr\$	Coleção de Leis e Decretos de		
Divisão Administrativa e Judici-	1922 a 1929 — (Achando-		
ária do Estado — (Decre-	se esgotada a de 1928) Cr\$		4,00
to-Lei n.º 520, de	Coleção de Leis e Decretos de	3,00	
31-12-1943 Cr\$	1930—(1.º semestre) Cr\$		2,00
Legislação de Pessoal — (Con-	Coleção de Decretos de 1930		
tendo os Decretos-Leis n.ºs.	(2.º semestre) Cr\$		3,00
202, de 28 de outubro de	Coleção de Decretos e Leis e De-		
1941, Estatutos dos Funci-	cretos de 1931 a 1937 Cr\$		4,00
onários Públicos Civis do	Coleção de Decretos de 1938 Cr\$		10,00
Estado, — N.º 140, de	Coleção de Decretos e Decretos-		
30-12-1940 — Reorga-	Leis de 1939 Cr\$		8,00
niza o Quadro do Funcio-	Coleção de Decretos e Decretos-		
nalismo Público. — N.º	Leis de 1940 Cr\$		10,00
147, de 8-2-1941. — A-	Coleção de Decréto e Decréto-		
prova o regulamento de	Leis de 1941 Cr\$		10,00
promoções N.º 195, de	Orçamentos do Estado de 1921		
29-9-1941. — Altera o	a 1946 — (Faltando os		
anterior, N.º 148, de	anos de 1922, 1934 e		
8-2-1941 — Dispõe so-	1939) Cr\$		2,00
bre o pessoal extranume-			
rário, e o N.º 155, de			
15-3-1941 que dispõe			
sobre o pessoal para			
obras) Cr\$		1,50	
Regimento de Custas do Esta-			
do — (Decreto-Lei n.º	Revistas do Fôro de n.ºs. 1.º		
264, de 6-5-1942) Cr\$	a 58 Cr\$	2,00	8,00